



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
TECNOLOGIA, INFRAESTRUTURA E  
TERRITÓRIO (ILATIT)**

**GEOGRAFIA**

**TEORIA DOS POLOS DE DESENVOLVIMENTO E GEOGRAFIA CRÍTICA  
UMA APROXIMAÇÃO DAS CONSIDERAÇÕES DE MILTON SANTOS**

**RICARDO CORREIA CAMPOS JUNIOR**

Foz do Iguaçu  
2015

**TEORIA DOS POLOS DE DESENVOLVIMENTO E GEOGRAFIA CRÍTICA  
UMA APROXIMAÇÃO DAS CONSIDERAÇÕES DE MILTON SANTOS**

**RICARDO CORREIA CAMPOS JUNIOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Breno Viotto Pedrosa

RICARDO CORREIA CAMPOS JUNIOR

**TEORIA DOS POLOS DE DESENVOLVIMENTO E GEOGRAFIA CRÍTICA**  
**UMA APROXIMAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DE MILTON SANTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Geografia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Doutor Breno Viotto Pedrosa  
UNILA

---

Prof. Doutor Rodrigo Luiz Medeiros da Silva  
UNILA

---

Prof. Doutor Rubens de Toledo Junior  
UNILA

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Para minha mãe e minhas irmãs.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço à UNILA (Universidade Federal da Integração Latino-Americana) por me acolher no ambiente universitário e disponibilizar as condições, sobretudo materiais, para eu continuar nessa empreitada.

Agradeço meus companheiros de turma por todos os anos de experiências compartilhadas além da sala de aula: Horacio Melo, Valeria Segui, Helton Preguiça, Agustina Cola, Ignacio Roel, Micaela Gómez, Germán Clavijo e Cleber Silva. Ao Lauro Henrique pela camaradagem e convicção na geografia. Agradeço também o camarada e vizinho de quarto Aleksander Brandão (que se formou antropólogo) e a sua companheira Amanda. À Francesca pelo carinho e pela indispensável ajuda no inglês. Às cores de Martina (Presente!).

Agradeço todos os professores do curso de geografia - Território e Sociedade na América Latina – por contribuírem direta e indiretamente na minha formação. Igualmente, agradeço os professores que aceitaram participar da banca de defesa pelas importantes considerações para o amadurecimento deste trabalho e pelo incentivo de sua continuação.

Agradeço, em especial, ao Professor Breno, não apenas pelas boas aulas, mas também por ter me permitido iniciar a pesquisa. Seu rigor e disposição na orientação facilitou todo o meu trajeto na última etapa da graduação.

Agradeço à Fundação Araucária pela bolsa de iniciação científica concedida à pesquisa que resultou nesta monografia.

***A história das ciências não é a do cemitério de suas teorias? - François Dosse***

CAMPOS JUNIOR, Ricardo Correia. **Teoria dos polos de desenvolvimento e geografia crítica**: uma aproximação das contribuições de Milton Santos. 2015. 69 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2015.

## RESUMO

Esta pesquisa buscou entender como a teoria dos polos de desenvolvimento de François Perroux - influente entre economistas e geógrafos no campo do planejamento e desenvolvimento regional após 1945 - influenciou na geografia os conceitos de região e espaço. Conceitos que, a partir de então, foram operacionalizados pela abstração do “espaço econômico” e sua tipologia, que divide entre espaço homogêneo, espaço polarizado e espaço programa. Noções estas, que serviram de base teórica e metodológica para os estudos regionais do Brasil pós-1964, período em que o Estado re-centralizou as decisões políticas-econômicas e (re) organizou o território nacional. Concomitante a isso e pela ânsia do planejamento e organização do espaço surgiu a controvérsia: espaço econômico e/ou espaço geográfico. Dicotomia que o geógrafo Milton Santos mostrou ser equivocada e útil apenas ao planejamento burguês vigente. Assim, para ele, o espaço é social e deve ser considerado em sua totalidade, ou seja, como instância da sociedade.

**Palavras-chave:** Pensamento Geográfico. Polos de Desenvolvimento. Planejamento estatal. Espaço

CAMPOS JUNIOR, Ricardo Correia. **Teoría de los polos de desarrollo y geografía crítica**: un enfoque de las consideraciones de Milton Santos. 2015. 69 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2015.

## RESUMEN

En esta investigación se buscó entender cómo la teoría de los polos de desarrollo de François Perroux - influyente entre economistas y geógrafos en el campo de planificación y desarrollo regional posterior a 1945 - influyó en la geografía los conceptos de región y espacio. Conceptos que a partir de entonces, fueron operacionalizados por la abstracción de “espacio económico” y su tipología, que divide entre espacio homogéneo, espacio polarizado y espacio programa. Estas nociones sirvieron de base teórica y metodológica para los estudios regionales de Brasil pos 1964, período en que el Estado re-centralizó las decisiones político-económicas y (re) organizó el territorio nacional. Concomitante a ello y por la inquietud de planificación y organización del espacio surgió la controversia: espacio económico y/o espacio geográfico. Dicotomía que el geógrafo Milton Santos demostró ser equivocada y útil apenas a la planificación burguesa vigente. Así, para él, el espacio es social y debe ser considerado en su totalidad, o sea, como una instancia de la sociedad.

**Palabras-clave:** Pensamiento Geográfico. Polos de Desarrollo. Planificación estatal. Espacio.

.



CAMPOS JUNIOR, Ricardo Correia. **Theory of the development poles and Critic Geography**: an approximation of the contributions of Milton Santos. 2015. 69 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2015.

### **ABSTRACT**

This research sought to understand how the theory of the development poles of François Perroux - influential among economists and geographers in the field of planning and regional development after 1945 - influenced in geography the concepts of space and region. Concepts that thereafter, were operationalized by abstraction of "economic space" and its type, which divides between homogeneous space, polarized space and space program. These notions served as theoretical and methodological basis for regional studies of Brazil pós 1964 period in which the State re-centralized political and economic decisions and (re) organized the national territory. Concomitant to it and concern of planning and organization of the space, the dispute arose: economic space and / or geographical space. Dichotomy that geographer Milton Santos proved wrong and useful only to existing bourgeois planning. So, for him, space is social and should be considered in whole, that is, as an instance of society.

**Key words:** Geographic Thought. Development Poles. State Planning. Space.

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 FRANÇOIS PERROUX – TEORIA E CONTEXTO.....</b>	<b>14</b>
2.1 A TEORIA DOS POLOS DE DESENVOLVIMENTO .....	16
2.2 ESPAÇO PERROUXIANO E GEOGRAFIA .....	25
2.3 CONTROVÉRSIA DO ESPAÇO – ECONÔMICO OU GEOGRÁFICO? .....	28
<b>3 A TEORIA DA POLARIZAÇÃO ESPACIAL NO CONTEXTO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO BRASILEIRO – UMA APROXIMAÇÃO .....</b>	<b>33</b>
3.1 A CRÍTICA DE MILTON SANTOS .....	43
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>62</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>67</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho se estrutura em duas partes, na primeira fazemos uma aproximação do pensamento do economista francês François Perroux através da releitura do seu conceito polos de desenvolvimento. Já a segunda parte está subdividida em dois pontos, que se articulam pela busca das influências teóricas dentro do pensamento geográfico brasileiro. Pois, nosso interesse foi encontrar as críticas direcionadas a teoria dos polos de desenvolvimento que influenciou no planejamento territorial do Brasil pós-1964.

Para isto, analisamos como as teorias utilizadas no planejamento circularam entre órgãos públicos e no ambiente acadêmico (científico). Mais precisamente, encontra-se um enlace entre o campo da economia e o da geografia, no que tange o debate realizado sobre o planejamento e desenvolvimento regional. Essa aproximação, podemos dizer se fortaleceu com o fim da Segunda Guerra Mundial e pela crescente preocupação por reestruturar a Europa espacialmente frente à ascensão de duas potências ideológicas na luta por hegemonia mundial.

Portanto, o recorte escolhido se torna importante para aproximarmos do debate sobre as correntes do conhecimento que influenciaram o planejamento territorial. No entanto, sabemos que a preocupação com o planejamento no capitalismo resultou de suas próprias crises, com maior atenção após a grande Depressão de 1929, quando na URSS, as mazelas da crise capitalista não tiveram impacto aparentemente. Isso fez com que especialistas do mundo capitalista – economistas – voltassem seus esforços para compreender o planejamento da economia socialista. A partir de então, as ideias que reivindicam o Estado como agente na economia, e as elaborações de “planos” e “planejamentos” estratégicos para amenizar as desigualdades socioespaciais do desenvolvimento capitalista foram recorrentes no decorrer do século XX (HOBSBAW, 1995, p.100-101).

Já após a Segunda Guerra Mundial e com as transformações que o mundo experimentou no contexto da Guerra Fria o pensamento geográfico que se engendra neste contexto também enfrentou transformações e discussões epistemológicas. Entretanto, na controvérsia teórico-conceitual entre espaço econômico e/ou espaço geográfico, destaca-se o geógrafo Milton Santos e sua crítica à distinção das duas noções de espaço utilizadas, sobretudo, no planejamento de políticas públicas para o desenvolvimento econômico e social no Terceiro Mundo. Assim, nos deparamos com a construção epistemológica da noção miltoniana de espaço geográfico, que para ele é

social e não se distingue na análise científica - geográfica.

No entanto, o ideário desenvolvimentista está presente na historiografia do Brasil e no regime militar (1965/1985) ele foi bem intenso. O apelo do progresso técnico e da modernização como o modelo de desenvolvimento econômico e social do país foi inegável. Talvez por isso, a teoria dos polos como instrumento técnico, neutro e científico não encontrou obstáculos para circular nos escalões de planejamento estatal.

Nesse sentido, Claval (2006, p.22) escreveu que “a história da geografia só pode ser compreendida a partir do contexto intelectual, político e administrativo que caracteriza cada época”. Com isso, buscamos também contribuir para a compreensão da formação socioespacial do Brasil, trabalhada em um período histórico não muito debatido dentro do pensamento geográfico nacional.

Para isso, apresentamos um preliminar estudo do pensamento geográfico. Em sua primeira parte fazemos uma revisão da teoria da polarização espacial perrouxiana, recorrendo às referências utilizadas para sua recepção, difusão e circulação entre os “planejadores do espaço” no Brasil, após 1964.

Desse modo, do pensamento de François Perroux – um dos autores que teorizaram o desenvolvimento e de todo seu esforço intelectual legado às ciências econômicas – nossa atenção recai sobre sua teoria da polarização que carrega em sua formulação a noção de “espaço econômico”, uma abstração que se refere ao campo de relações de forças, cuja ideia é conexa a dos polos de desenvolvimento. Assim, estes dois conceitos econômicos se destacam porque foram os que estiveram na base dos trabalhos de geógrafos e que, de alguma maneira, modificaram categorias da geografia. Por isso, são elementos chave para encontrarmos os responsáveis por reaproximar a economia e a geografia na segunda metade do século XX, momento em que ambas as disciplinas tiveram maior preocupação pela organização do espaço.

Já na segunda parte do trabalho, nos aproximamos de um momento de ebulição teórica no campo da geografia, no qual emergiram as escolas da ciência regional, economia espacial francesa, geografia ativa e a “new geography” (CLAVAL, 2006, p.79-114; MORAES, 2007, p.103-119). Com isso, a circulação da teoria perrouxiana acompanhou as flutuações e mesclas teórico-conceituais e metodológicas que ocorreram entre os geógrafos brasileiros do período.

Nessa busca, entendemos como foram recepcionadas as ideias que transcenderam o debate teórico e passaram a influenciar as políticas territoriais do Brasil. Em tal momento, a experiência brasileira mostrou que a produção do conhecimento geográfico e seu “afã” pelo planejamento (BOMFIM, 2007) serviram de subsídios ao

planejamento estatal, cujo modelo desenvolvimentista se atrelou ao interesse de instalar o capital estrangeiro monopolizado no território nacional.

Isso nos aproximou do que ensina Santos (2004, p. 57) a respeito das diversas técnicas que produzem o espaço, das quais podemos citar aquelas da produção, do transporte, da comunicação, do dinheiro, do controle, da política, etc. (SILVA, 2012, p.148-149). A partir disso, levantamos alguns elementos significativos que contribuem no aprofundamento do conhecimento sobre a formação econômica e social do Brasil, na medida em que buscamos entender suas técnicas políticas através de suas fundamentações epistemológicas do espaço e do seu planejamento na escala do país.

No Brasil, no período estudado, ocorreram grandes inovações técnicas e políticas que promoveram uma transformação, marcada pela intensificação das modernizações no seu território. Neste contexto, o Estado Moderno, já impulsionado no governo varguista, se consolidou e se caracterizou pelo aumento da tecnoestrutura estatal e sua tecnocracia. Esfera governamental em que geógrafos participaram e se apoiaram no arcabouço da teoria mais moderna, supostamente, neutra e científica para efetuarem seus estudos e ajudarem o país atingir o desenvolvimento no sistema capitalista e, assim, superar o subdesenvolvimento.

Esta ideia foi compatível com o evento histórico e social ocorrido no Brasil, que como mostrou Santos (2004, p.57; p. 148-149) é identificado no momento de sua implantação, nas diversas escalas: local, nacional ou mundial, por exemplo, a ocorrência de golpe de Estado (SILVA, 2012, p.6).

Desse modo, no contexto em que trabalhamos, existia toda uma tentativa de racionalizar os fenômenos de êxodo rural, a concentração urbana e a industrialização, processos que se intensificaram nas décadas de 1960 e 1970 e que foram fundamentais para programar tecnicamente o território, estimulando o pensamento de geógrafos e de economistas, inclusive, de tendências bastante diversas (BOMFIM, 2014, p.1-34). Mas, embora a teoria dos polos fosse recepcionada sem críticas na maioria dos casos, podemos encontrá-las nas ideias de intelectuais interessados em destacar as especificidades da produção, do trabalho e do consumo no Terceiro Mundo.

Com efeito, concepções das categorias de espaço e de região operacionalizadas pela geografia foram influenciadas pela noção perrouxiana de fluxos econômicos que formam espaços abstratos na escala de ação dos monopólios e oligopólios industriais (públicos ou privados). Isto foi o que permitiu os planejadores trabalharem com a noção de espaço homogêneo, polarizado, ou o espaço abarcado dentro de um programa/plano indutor de fluxos que, na ausência de “empreendedores

criativos”, individuais ou coletivos, cabe ao Estado induzir.

Também nos dedicamos à análise das críticas efetuadas a multiplicidade teórica do espaço e de sua aplicação no âmbito do desenvolvimento e planejamento regional. Assim, demonstramos a voz dissonante de Milton Santos que criticou a importação de teorias que não explicavam o mundo pobre. Dessa maneira, destacamos o geógrafo dentro do contexto intelectual e político que se fortaleceu como o movimento da geografia crítica brasileira.

Dito isto, nosso foco neste trabalho são os teóricos, suas ideias e suas contribuições para o pensamento geográfico. Além de nos aproximarmos do contexto social e político da época, cabendo aqui iniciar um resgate sobre o tema. Assim, espera-se ampliar o conhecimento sobre os avanços ou estagnações teórico-metodológicas a respeito da circulação da teoria de François Perroux no debate geográfico entre as décadas de 1960 a 1980.

Em linhas gerais, a teoria dos polos de desenvolvimento foi aplicada para o planejamento e desenvolvimento econômico, social e espacial dos Estados modernos, tanto nos países centrais, quanto naqueles da periferia do sistema econômico mundial (onde a polarização do desenvolvimento se manteve seletiva). No momento histórico em que a escala regional aparece como privilegiada para atuação do planejamento estatal, o que movimentou geógrafos e economista para o debate da economia espacial.

## 2. FRANÇOIS PERROUX – TEORIA E CONTEXTO

A teoria de François Perroux percorre diferentes fontes e ainda não se encontra muitos trabalhos que versam sobre sua construção teórico-conceitual e metodológica. Entretanto, a originalidade do seu pensamento pode ser caracterizada por abrir a economia para outras áreas do conhecimento, como por exemplo: a história, a filosofia, a sociologia, a política, a cultura e a ideologia (PEDROSA, 2013, p.102; ROMO, 2008, p. 12).

Segundo Romo (2008, p.11-12), Perroux dialogou com autores clássicos da economia e com seus contemporâneos, criticou as teorias neoclássicas e pode ser considerado um pioneiro esquecido da economia do desenvolvimento. Esse autor considera o economista francês como um dos economistas mais originais do século XX, mas coloca que, por Perroux ter tido como um dos fios condutores do seu trabalho um humanismo cristão, acabou não sendo muito bem aceito entre os economistas.

François Perroux, segundo Romo (2008, p.3), leu sistematicamente Keynes. E para Lasuen (1972, p. 115) foi um dos responsáveis em introduzir as ideias keynesianas na França. Outro fato interessante é que Perroux (1975, p.109) demonstrou ser um conhecedor do pensamento marxiano, chegando a propor uma “outra dialética ativa”. Isto, para Romo (2008, p. 10; 20), se dá porque Perroux não via na teoria do marxista fecundas contribuições na análise do desenvolvimento. Com isso, cabe indicar sua ligação com a direita política (PEDROSA, 2013, p.101) para ilustrarmos suas intenções teóricas. Enfim, pode-se dizer que o trabalho do economista foi profundamente teórico, mas não deixou de se basear na atualidade do seu tempo (ROMO, 2008, p.4).

Deste modo, foi um economista francês que marcou presença no planejamento econômico e social – espacial – do seu país. Influenciado pela literatura alemã especializada em economia espacial, se preocupou com o espaço, sendo neste campo “um nome francês entre uma série de nomes alemães e escandinavos” (LASUEN, 1972, p. 115).

Além disso, a proposta perrouxiana sustentava um método para o planejamento do desenvolvimento econômico e social, influenciando, entre outras áreas, o planejamento regional, sobretudo logo após guerra. Justamente quando geógrafos e economistas buscavam alternativas de planejamento para resolver o estrago do conflito bélico nos países desenvolvidos da Europa e para superar o subdesenvolvimento do Terceiro Mundo.

Portanto, é importante ter em mente que a teoria dos polos de

desenvolvimento de François Perroux foi originalmente pensada e proposta num contexto específico, de pós Segunda Guerra Mundial e de um contexto nacional como o da França, que buscava se reestruturar econômica – e espacialmente – em plena disputa entre as diversas potências mundiais. Dessa forma, como demonstrou Coraggio (1972, p.12), a leitura dos principais trabalhos do economista francês demonstra a situação e os problemas mundiais nos quais ele estava inserido e se preocupava. Ou seja, além do capitalismo mundial, com a pretensa e ascendente hegemonia dos Estados Unidos tinha também a questão das colônias e suas reorientações de autonomia política frente as velhas metrópoles.

François Perroux trabalhou com planejamento público antes mesmo do fim da guerra, participando do governo Vichy. Após a queda do nazismo e com a diluição do grupo da revolução nacional na França, Perroux se agrupou entre os economistas da “*La Revue Économique*”, os quais atuavam nos escalões de planejamento público francês. Além também de participar do Instituto de Ciências Econômicas Aplicadas, onde estabeleceu diálogo com o keynesianismo (PEDROSA, 2013, p.103).

Pedrosa (2013, p.104) coloca que um fato pouco conhecido e debatido na geografia é a aproximação do ilustre geógrafo Pierre George, cujo capital cultural é inegável<sup>1</sup>, com o grupo de Perroux e suas ideias que refletem sobre a variável econômica a serviço da empresa privada e para o Estado interessado no desenvolvimento.

No entanto, a inserção de George no grupo de planejamento (direitista) marcou a ruptura com o imobilismo da geografia, já que ele ali estava para reconstruir a França logo pós-guerra (PEDROSA, 2013, p.106). Outro geógrafo com quem Perroux estabeleceu diálogo foi Jean Gottman de quem extraiu o conceito de espaço banal (PEDROSA, 2013, p.107). Ademais F. Perroux chefiava o “*Institut d’étude du développement économique et social*” (IEDES), quando o geógrafo brasileiro Milton Santos ocupou neste instituto uma cadeira.

Agora conseguimos entender o enlace e o diálogo entre o campo da economia e o da geografia que, em certa medida por influência perrouxiana, pretenderam resolver os problemas das desigualdades regionais (PEDROSA, 2007, p.104). O economista francês se destacou, assim, como um dos propulsores da escola francesa de economia espacial (BOMFIM, 2014, p.2; DINIZ, 2009, p. 231; LASUEN, 1972, p.122), campo que atraiu geógrafos que buscavam alternativas e instrumentos de planejamento nesta escala (PEDROSA, 2013, p.101).

Com efeito, com a atuação institucional no planejamento espacial francês

---

<sup>1</sup> Ver: PEDROSA, B. V. Pierre George, Um Ilustre Desconhecido. in: GEOgraphia, Vol. 15, No 29 (2013).



após a Segunda Guerra, Perroux se preocuparia por uma política de independência da França através de um planejamento que garantisse desenvolvimento em um ambiente de economia desequilibrada e, por isso, voltou sua atenção às “grandes unidades produtivas” – monopólios e oligopólios públicos ou privados – em favor do desenvolvimento nacional.

Para Romo (2008, p.15-22), o economista francês vislumbrava um modo de produção capitalista humanista, de um ponto de vista mais igualitário para o homem. No entanto, como economista, ele se preocupou por elaborar, antes, uma teoria econômica que explicasse o desenvolvimento econômico no sistema de desequilíbrio capitalista monopolista.

Também podemos indicar que Perroux trabalhou com os métodos matemáticos para renovação da economia, dominando tal técnica, conheceu seus alcances e limites (ROMO, 2008, p. 14). Contudo, sua formulação teórica buscou uma explicação de como se organizaria a dominação política e econômica no modo de produção capitalista (ROMO, 2008, p. 16; HANSEN, 1970). Com isso, destacamos que a obra do economista teve uma forte relação com a geografia e que ele buscou unir estruturalismo e economia no planejamento estatal (PEDROSA, 2013, p.101-108; ROMO, 2008 p.16). Ademais, criou uma concepção de espaço para economia, que influenciou as formulações sobre estruturas regionais nos estudos da geografia.

## **2.1 A TEORIA DOS POLOS DE DESENVOLVIMENTO**

A teoria dos polos de desenvolvimento foi elaborada para servir como instrumento de planejamento do desenvolvimento econômico e social num modelo de economia desequilibrado. Ou seja, quando os envolvidos nas relações econômicas não participam de maneira igual e em situação concorrencial no mercado.

Neste sentido, para entender os polos de desenvolvimento, antes, é necessário compreender os conceitos articulados por François Perroux na construção de sua teoria, destacaremos os principais: indústria-motriz, indústria-movida e complexo industrial. Já para compreender as relações entre estes conceitos devemos reportar à noção de espaço econômico, que é uma abstração para explicar as relações de forças envolvidas na organização do trabalho, produção e consumo entre monopólios e oligopólios – públicos ou privados.

Entretanto, primeiro é importante ater-se à teoria dos polos de desenvolvimento como ela foi desenvolvida por François Perroux, para assim entender

como o “*conceito de polos de crescimento*”<sup>2</sup> foi difundido entre os planejadores do espaço na segunda metade do século XX.

De maneira geral, a análise perrouxiana gira em torno do processo de industrialização, entendendo-o como um fator responsável pelas variações da estrutura econômica nacional. Segundo Perroux estas variações advêm do aparecimento duma indústria (ou grupos de indústria) nova ou do crescimento de uma existente, as quais se propagam através dos preços, fluxos e antecipações. Assim, para ele em períodos longos os produtos destas indústrias ou grupos de indústrias tornam-se irreconhecíveis em comparação a sua forma inicial, portanto possibilitam inovações que darão origem à novas indústrias (PERROUX, 1975, p.100).

Na definição clássica de Perroux (idem): “o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia”.

Com esta definição, poderíamos interpretar o conceito em termos territoriais, mas seu alcance é mais “amplo, identificando-se a principio o conceito de polo com o de indústria moderna, motriz, oligopólica e, em geral, desestabilizante do sistema” (CORAGGIO, 1972, p. 15)<sup>3</sup>. Portanto o interesse da teoria não era pela localização da indústria em si, mas como estas aparecem ou são criadas como impulsoras de polos de desenvolvimento - de crescimento econômico. Já que para o autor da ideia:

Examinar esta modalidade de crescimento é tornar explícita e susceptível de tratamento científico uma perspectiva já patente em vários trabalhos de elaboração teórica, imposta pela observação dos países de crescimento retardado, manifesta na política dos Estados modernos (PERROUX, 1975, p.100).

Apontamos aqui, que como tratamento científico, Perroux, em nota, referenciou os trabalhos de J. Schumpeter e o seu fator de inovação ligada a criação de novas indústrias “tanto [n]o ciclo de Juglar como [n]o ciclo de Kondratief”, somando também os trabalhos de J. Maurice Clark e sua “*strategic factor*”. Estas ideias, segundo ele, seriam importantes na observação das variações estruturais tanto em ciclo curto quanto em ciclo longo. Desse modo, sua pretensa teoria buscou um método que

---

<sup>2</sup> Esse é o título do artigo que Perroux expõe, sucintamente, os elementos para interpretar sua teoria e que nos auxiliou.

<sup>3</sup> “*amplio, identificándose a menudo el concepto de polo con el de industria moderna, motriz, oligopólica y, en general, desestabilizante del sistema*” (CORAGGIO, 1972, p. 15).

permitisse “o acesso, tanto às políticas de crescimento praticadas pela Rússia soviética, como às do mundo livre”, o que demonstra que Perroux defendia uma técnica de planejamento, supostamente, neutra e que fosse compatível à estratégia política dos Estados modernos.

Com isso, entendemos a teoria de François Perroux e seu contexto histórico, pois, para Coraggio (1972, p. 17), o que ele buscava era um enfoque analítico que substituísse a ênfase colocada na diferença entre bloco capitalista e socialista, por uma análise focada nas relações entre países industrializados e não industrializados.

Dessa maneira, Perroux já tinha:

em vista tanto a criação de polos industriais no Ural ou na Ásia russa como a política de “complexos industriais” preconizada – e mesmo já iniciada – na África. Um dos esquemas característicos da operação é o seguinte: um centro de extração de matéria-prima esta combinado com um centro de produção de energia e, por vias de comunicação, com centros intermediários ou de transformação. (...) O pólo complexo exige novas criações, abala regiões e altera a estrutura do meio que anima (PERROUX, 1975, p. 100-101).

Portanto, não é difícil perceber o contexto com qual Perroux se preocupava, de acelerada modernização, sobretudo com o avanço da ciência, das inovações tecnológicas dos transportes e das comunicações. Assim, ele trabalhou com a noção de “indústria-motriz” constituída como a forma das grandes indústrias modernas, com capacidade de impulsionar outras indústrias “movidas”, gerando novas relações econômicas, pois, possuem maior poder de inovação (lançamento/progresso técnico) no mercado e, por conseguinte, são as forças que produzem o desequilíbrio entre as estruturas econômicas da nação.

François Perroux estava preocupado em explicar como as grandes indústrias passaram a se organizar e se expandir mundialmente, fortalecendo regimes de monopólio e oligopólio como estratégia de organização moderna da empresa privada ou pública. Desta relação de dominância entre indústria motriz e movida, caracterizam-se os complexos industriais, que podem ser internos as nações ou, se forem fortes o suficiente, se organizarão em escala internacional.

Cabe, então, aproximarmos de como Perroux trabalhou com a ideia de crescimento econômico, quando ele considerou sucessivamente: a relação da indústria motriz e o crescimento, o complexo de indústria, o crescimento e o aumento dos polos de

crescimento em relação com o crescimento das economias nacionais (PERROUX, 1975, p.101).

Seguindo esse raciocínio, a indústria motriz se desenvolveria como forma, no caso, a da grande indústria moderna, onde ocorre: a separação dos fatores de produção entre si, a concentração de capitais sob o mesmo poder, a decomposição técnica de tarefas e de mecanização. De modo que em “determinados períodos as indústrias motriz apresentam taxas de crescimento do seu próprio produto mais elevadas que o crescimento do produto industrial e do produto de economia nacional”, podendo atingir um limite em que sofrerá diminuição relativa por causas acidentais e/ou causas de origem geral. Assim, o lançamento do progresso técnico no mercado é seguido por progressos menores, depois por procuras menos elásticas do produto e, posteriormente, a especulação extingue-se, reduz-se e desloca-se (PERROUX, 1975, p.101).

É com esta constatação da organização da grande indústria que Perroux (1975, p.101) se questionou sobre como representar analiticamente o exercício da indústria-motriz sobre a indústria movida e sobre o produto global da economia em ambiente de desequilíbrio econômico.

A resposta para o questionamento acima consiste em diferenciar entre: um equilíbrio geral de concorrência perfeita, ou seja, produto global ótimo como resultado da realização do máximo lucro por empresa individual com decisões próprias baseadas no preço (inexistente no capitalismo); já outra coisa seria distinguir: o lucro como função do volume de produção, volume de compra de serviços, produção e compra de serviços de outras empresas (economia capitalista). Neste caso, as relações indústria-motriz – indústria movida não se ligam apenas pelo preço, mas também, pelas trocas de elementos técnicos e de modificações na estrutura organizacional da produção e do trabalho (PERROUX, 1975, p. 102).

Nas palavras de Perroux:

Na medida em que o lucro é o motor da expansão e crescimento capitalista, a ação motriz não decorre já da prossecução e realização de lucro por empresa individual, apenas ligada às outras pelo preço, mas sim da prossecução e realização de lucro por empresas individuais que singularmente sofrem as consequências do volume de produção, do volume de compras de serviços e da técnica praticada pela outras empresas (PERROUX, 1975, p.102).

Desse processo resultariam “duas consequências importantes para a compreensão do crescimento, segundo Perroux (1975, p. 102 -103): 1º) como realizam a

expansão (curta) e o crescimento (longo) de grandes conjuntos de empresas” e 2º) como evidenciar “a diferença entre o investimento, volume e natureza alcançada pela empresa que investe; o investimento tendo em conta o lucro e outras utilidades induzidas”.

Já o exercício da indústria-motriz sobre o produto global da economia ocorre quando o surgimento de uma nova indústria é fruto duma antecipação de “um ou vários sujeitos econômicos”, os quais avaliam e assumem o risco de empreender e concretizam um plano, compatível com “outros sujeitos econômicos” do mesmo ramo, o que explica a antecipação como efeito criador (PERROUX, 1975, p.103). Neste sentido, não podemos deixar de apontar a crença de Perroux na ação individual sem especificar a origem do capital que será investido pelos “sujeitos econômicos”, a não ser quando este papel é executado pelo Estado.

No entanto, a problematização do economista francês partia da ideia da “nova indústria” e sua inserção e alteração da economia de um país. Todavia, para Perroux (1975, p.104), as “*conexões ex post*”, pelo volume de produção; volume de compras de serviços e pela técnica não bastaria para uma tomada de consciência total dos fatos historicamente observados, portanto:

O aparecimento de uma ou várias indústrias altera, diz-se correntemente, a “atmosfera” de uma época, cria um “clima” favorável ao crescimento e ao progresso. (...) Finalmente, a novidade lograda, suscitando um excedente de desigualdade entre sujeitos econômicos conscientes de suas atividades e do resultado dessas atividades, intensifica a sua vontade de ganho relativo a sua vontade de poder relativo (PERROUX, 1975, p.104).

François Perroux considerava que o equilíbrio econômico se relacionava com um equilíbrio social dinâmico. Daí a importância de entender como Perroux (1975, p.104) considerou o fator novidade e sua influência na estrutura da economia. Segundo ele, as novas características técnicas e econômicas das funções provocariam alterações das características jurídicas e políticas das instituições. Estes são elementos interessantes para entender a influência perrouxiana no planejamento territorial no Brasil, justamente quando o país passou por transformações nas suas estruturas econômicas, políticas e espaciais. Com o Estado centralizando o planejamento e as políticas públicas de desenvolvimento econômico e social.

Voltemos ao cerne da formulação perrouxiana, a noção de indústria motriz, que se diferenciava da proposta de inovação de J. Schumpeter, que segundo Perroux só se interessou pelo papel dos empresários privados (grandes empresários).

Perroux (1975, p. 105), por sua vez, considerava outros agentes importantes para o processo, como: os poderes públicos e suas iniciativas e as pequenas inovações de adaptação, que não podem ser esquecidas. Estes seriam outros dois elementos que devem ser destacados na proposta perrouxiana, pois seriam, potencialmente, os agentes propulsores do “fator inovação técnica”, além das grandes indústrias.

Isso nos mostra que Perroux se interessou em apresentar um instrumento apto para assimilar e classificar as variações e instabilidades econômicas. O que ele indentificou como a noção de complexo de indústrias, responsáveis por representar três elementos: a indústria chave, o regime não concorrencial e o fato da concentração territorial.

A indústria chave se caracteriza pelo potencial de aumentar o seu volume de produção e de influenciar o aumento do volume de produção em outra ou em várias indústrias. Portanto, a ação motriz em um complexo de indústria influencia a atividade movida (PERROUX, 1975, p. 105).

Assim, a Indústria-motriz aproveita a utilização plena dos capitais fixos e o ótimo volume de produção e consegue a redução dos seus preços, isto causa influência sobre a indústria movida, que aproveitará destas influências para o seu crescimento. Neste quadro, o Estado aparece como subsidiário.

Sobre a indústria chave em relação a sua existência entre as indústrias motrizes, Perroux colocou que:

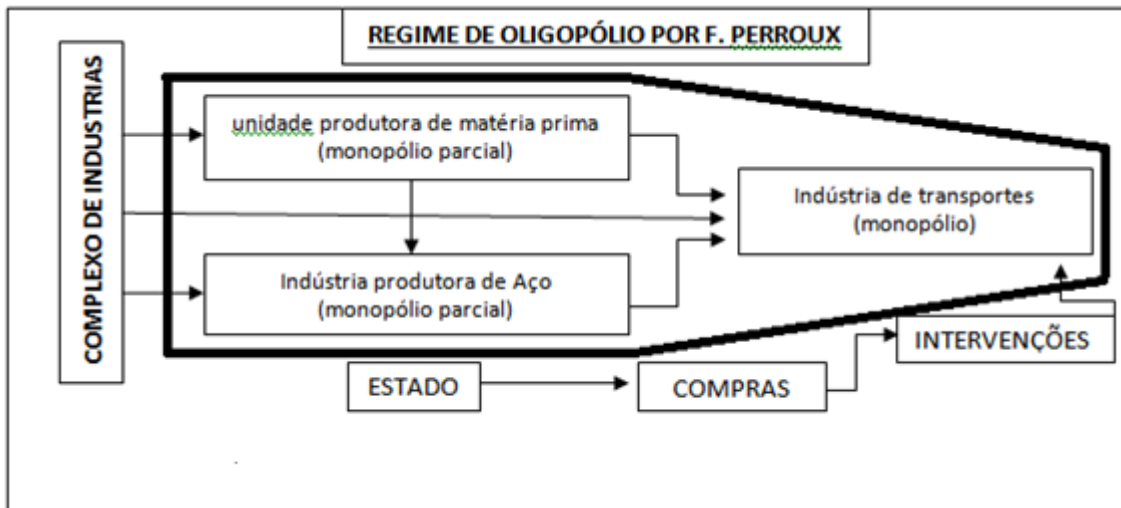
A propriedade examinada [indústria-chave] existe, em grau variável, em todas as indústrias motrizes. Designemos por indústria-chave aquela que induz na totalidade dum conjunto, por exemplo, dum economia nacional, um crescimento de volume de produção global muito maior que do que o crescimento do seu próprio volume de produção. (PERROUX, 1975, p.106).

No entanto, o economista francês não pode elaborar uma lista de indústrias-chave, mas, ele indicou que: “as indústrias que fabricam complementares múltiplos – matéria-prima, energia, transportes – têm efetivamente tendência para se tornar indústrias-chave, mas há outras condições necessárias para que assumam essa natureza” (idem). Portanto o conceito de indústria-chave como instrumento de análise é essencialmente relativo e em cada caso concreto exige uma definição precisa do conjunto movido (PERROUX, 1975, p. 104). Em outras palavras, o dualismo indústria motriz – conjunto movido.

O segundo elemento a se considerar sobre os complexos industriais é

seu regime não concorrencial. Os complexos são “instabilizadores,” porque conformam uma combinação de forças oligopolistas. Essas forças são as lutas e conflitos de eliminação e de subordinação duma parte à outra ou dos acordos entre indústrias, consequências possíveis e observadas nestes regimes. Portanto, é o resultante da relação dessas forças que provocam a expansão e o crescimento dos conjuntos movidos (PERROUX, 1975, p. 106-107).

**Esquema 1** – Regime de Oligopólio por François Perroux:



Fonte: PERROUX, 1975, p.107.

O terceiro elemento para entender a noção de complexos industriais é o fator de concentração territorial corresponder à consequência específica da natureza da atividade-indústria-chave e ao regime não competitivo do complexo, pois, “num polo industrial complexo, geograficamente concentrado e em crescimento, registram-se efeitos de intensificação das atividades econômicas devidos à proximidade e aos contatos humanos” (PERROUX, 1975, p.108). Por isso a identificação, muitas vezes, das grandes cidades como polos pela sua capacidade de aproximar as pessoas e possuir estrutura econômica dinâmica.

Deste modo, para Perroux (1975, p. 108) a “*concentração industrial urbana*” possui o efeito de intensificação, o qual se caracteriza por abarcar consumidores com consumo diversificado e com necessidades coletivas (alojamento, transporte e serviços públicos) e mais os efeitos de disparidades inter-regionais. É assim que “geograficamente concentrado, o polo industrial complexo transforma o seu meio geográfico imediato e, se tem poder para tanto, toda a estrutura da economia nacional em que se situa”. Neste raciocínio perrouxiano, o centro de acumulação de meios humanos e de concentração de capitais fixos e definidos influenciam outras existências de centros de

acumulação e concentração através das vias de transportes material e intelectual, impulsionando as transformações econômicas entre produtores e consumidores.

Esta seria a explicação de Perroux (1975, p.108) a respeito do processo de crescimento do mercado no espaço, que ocorre de um centro (pontos de crescimento no espaço) irradiador de fluxos de trocas (transformações técnicas, vicissitudes políticas, orientações das correntes de tráfego mundial) entre polos maiores (centros), favorecendo ou não os polos territorialmente concentrados. Isto expressa o processo de polarização espacial do desenvolvimento, segundo o economista francês, que também alertou:

As concentrações de homens de capitais fixos e fixados, a rigidez das instalações e das estruturas que acompanham o desenvolvimento do polo fazem também sentir todas as suas consequências quando começa o seu declínio; de centro de prosperidade e progresso, o polo transforma-se em centro de estagnação (idem).

Com sua teoria Perroux explicava o crescimento dos polos em relação ao crescimento das economias nacionais, da seguinte forma: a economia nacional em crescimento já não aparece unicamente como um território politicamente organizado – Estado nacional – no qual vive uma população e nem como um aprovisionamento. Sua análise abrangia além das fronteiras do Estado nacional e, desse modo, sua teoria dos polos de desenvolvimento se apresentava como uma combinação entre conjuntos ativos (força de inovação) e conjuntos passivos (forças movidas). Sucessivamente: as indústrias-chave induzem nas indústrias-movidas fenômenos de crescimento (PERROUX, 1975, p.109).

Entretanto, dentro da proposta perrouxiana, à análise do crescimento econômico, existem duas consequências fundamentais expressas pelo conflito entre os espaços econômicos de grandes unidades econômicas (empresa, indústria, polo) e os espaços politicamente organizados dos Estados nacionais. Isso porque os espaços econômicos dos primeiros não coincidem com os espaços dos segundos, o que obriga aqueles depender de importações, de exportações, de centros de aprovisionamento e de mercados exteriores ao território nacional.

Para Perroux (1975, p.109) esse cenário resultava na “frequente combinação de poderes públicos e privados na gestão das grandes unidades; na luta entre grandes unidades capitalistas e nacionais em escala mundial e em formas de imperialismo simultaneamente privado e político”.

Com isso, a ideia perrouxiana abarcava outra escala de preocupação, que vai além da indústria-motriz e movida, ou seja, abrangia às relações entre “nações ativas”



sobre “nações passivas”, porém, no mesmo quadro conceitual atribuído ao setor industrial, mas aplicado na explicação das ações interestatais. Era para este cenário que Perroux propunha “uma outra dialética ativa”, pois:

A dialética marxista, pondo em relevo o conflito entre forças de produção e as formas institucionais, assambranca parte da atenção que deveria ser dada a uma outra dialética ativa do mundo moderno que se define pelo conflito entre espaços de crescimento gerados por pólos de crescimento e os espaços territoriais politicamente organizados (ou os nós de tráfego estratégicos) (PERROUX, 1975, p.109).

Como visto, a preocupação era em teorizar o comportamento industrial em sua escala de organização mundial. Por isso, a afirmação de Perroux (1975, p.109-110) de que os freios ao crescimento, pelo menos na Europa, advinham das “políticas nacionais e nacionalistas persistirem num mundo em que estão ultrapassados pela técnica e pelo desenvolvimento da vida econômica”. Para ele, cada Estado (em benefício nacional) deveria explorar os polos que tem a sua disposição no seu território ou no que conquistou fora dele.

Com efeito, o que aparece como central na proposta perrouxiana é o posicionamento da indústria-motriz (de ponta, capaz de produzir inovações) em sua relação de força com outras indústrias e, também, como impulsora de economias externas. Com esta abordagem, Perroux procurava entender o comportamento dos monopólios/oligopólios industriais (privados e/ou públicos) que emergiam como o modelo característico de acumulação capitalista no pós-guerra. O que permite entender o esforço de sua abstração, uma vez que ele buscou entender as trocas técnicas, administrativas e/ou organizacionais para produção e para o trabalho existentes num complexo industrial, que se conformavam a partir de uma indústria-motriz e sua capacidade de gerar crescimento econômico num ambiente de forças econômicas desequilibradas.

Em suma, “o fator elementar” da teoria de polos de desenvolvimento corresponde em identificar que o crescimento econômico não ocorre de maneira igual por todo o espaço nacional de uma só vez (BOMFIM, 2007, p.168), isso explica o porquê de protuberâncias (polos de desenvolvimento). Então, pode-se definir em termos simples que a ideia original dos polos seria a de impulsionar o desenvolvimento onde ele não aparecesse espontaneamente (CORAGGIO, 1972, p.3). Talvez disso, a atribuição da noção de polo aos centros urbanos que possuem maiores forças de atração, concentração e reprodução de capital e trabalho, podendo, assim, influenciar e alterar as

estruturas econômicas de outros espaços.

Com isso, pode-se dizer que a teoria da polarização espacial perrouxiana possui elementos básicos. Um é o processo de crescimento econômico, em relação com os grandes empreendimentos industriais (HANSEN, 1975, p. 155). Outro, como mostrou Bomfim (2007, p. 168), é porque, a partir dos anos 1960, a teoria da polarização se tornou o mecanismo de indução de crescimento econômico mais propalado por órgãos governamentais nos mais diversos contextos.

Entretanto, para reduzir o caráter de indefinição do conceito de polos de desenvolvimento, é necessário saber o que significava desenvolvimento para Perroux. Lausuen (1975, p.114) resume que “significa o nascimento de novas indústrias e a morte de velhas”.

De uma maneira geral, entendemos a teoria dos polos de desenvolvimento em sua relação com a ideia de desenvolvimento impulsionado pela industrialização necessariamente vinculada à inovação técnica que possui efeitos dinamizadores das relações entre estruturas econômicas, interindustrial e/ou interestatal.

Enfim, Perroux (1964, p.143) demonstrava o fundamento de um desenvolvimento espacial e setorial, no qual: “o crescimento não aparece em todo lugar e de uma vez; aparece em determinados pontos ou polos de desenvolvimento, de intensidade variável; espalha-se ao longo de diversos canais e com efeitos terminais variáveis para o conjunto da economia” (HANSEN, 1970, p.146).

Lembramos que a preocupação de Perroux não foi apenas pelas grandes unidades produtivas - monopólios/oligopólios privados, mas também, pelo efeito exercido por consequência das unidades territoriais organizadas politicamente - Estado nacionais e seu papel de indutor de desenvolvimento econômico.

Porém, além dos conceitos até aqui expostos: indústria-motriz, indústria-atividade-chave, complexo industrial, ou seja, estrutura e dominância econômica. Cabe, ainda, explorar outro conceito trabalhado na proposta perrouxiana: o espaço econômico/topológico/abstrato. Conceito indispensável não só para entendermos a teoria dos polos de desenvolvimento, mas também, porque influenciou em trabalhos de geógrafos e, por conseguinte, em conceitos da geografia.

## **2.2. ESPAÇO PERROUXIANO E GEOGRAFIA**

O espaço econômico entendido como elemento abstrato e, portanto, instrumento de planejamento permite entender os objetivos da teoria dos polos de

desenvolvimento. Assim, elencar as principais características do conceito de espaço perrouxiano implica em conhecer suas influências nos conceitos formulados no campo da geografia.

Neste caso, espaço econômico é um conceito que merece atenção por questionar a noção inexata de espaço nas teorias de desenvolvimento econômico (LIMA; SIMÕES, 2009, p.7) e por ter aproximado economistas e geógrafos que debateram planejamento e desenvolvimento regional, econômico e social, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial. Mas, apesar de ser interessante a aproximação, não anulou os pontos de vistas diferentes, por exemplo, Amstrong (1972, p. 119) chegou até questionar se era possível o economista se converter em escravo do geógrafo.

Enquanto que Von Thunen, Weber, Losch, Predhol, Palander: os clássicos da escola locacional de tradição alemã (BOMFIM, 2007, p. 166) se preocuparam em explicar de que modo as atividades econômicas se organizavam sobre o espaço geográfico. Lasuen (1972, p. 115-116) aponta que Perroux desconfiava destas propostas locacionais, já que para ele, a economia espacial alemã encarava a geografia como se ela tivesse se “transformado em um invólucro rígido e passivo que” condicionava “a evolução dinâmica das forças econômicas”. Para o economista francês “esta era apenas uma perspectiva parcial, limitada e perigosa”, pois, para ele “a geografia não se limita de maneira rígida às forças econômicas”.

Portanto, o conceito de espaço econômico não deve ser confundido com a localização simples como é definida pelas divisões políticas ou geográficas (Hansen, 1970, p. 148). Mesmo que “em alguns de seus primeiros trabalhos Perroux introduza uma concepção especializada do polo, é necessário como ele mesmo sugere, deslocalizar a análise para apreender seu significado (o não seguir este procedimento explica em parte a miopia da teoria pura” (CORAGGIO, 1972, p. 15) <sup>4</sup>. Teoria “pura” atribuída como aquela elaborada por Perroux e foi o que Coraggio (1972) buscou resgatar na primeira parte da sua conhecida revisão crítica da teoria perrouxiana, porém, o que ele demonstrou foi a impossibilidade deste resgate porque a teoria carregava em si uma ideologia.

François Perroux constatou, também, que a concepção tridimensional (estática) de espaço utilizado na economia conduziu para avaliações desnecessárias e políticas nacionais perigosas na Europa. Por isso, propôs a substituição dessa noção tridimensional por uma concepção de “espaço abstrato e topológico”. Nesta ideia, o

---

<sup>4</sup> *“en algunos de sus primeros trabajos Perroux introduce una concepción especializada del polo, es necesario, como él mismo lo sugiere, des-localizar el análisis para aprehender su significado (el no seguir este procedimiento explica en parte la miopía de la teoría “pura”).*

espaço econômico se caracteriza pelo conjunto de relações de força que definem um objeto. Para cada objeto existem muitos sistemas de relações diferentes que o definem, ou seja, existem diferentes espaços topológicos. Nesta perspectiva perrouxiana, para as ciências econômicas existiriam tantos espaços econômicos quantos fossem os fenômenos econômicos abordados (LIMA; SIMÕES, 2009, p. 7; HANSEN, 1979, p. 148; LASUEN, 1972, p. 116).

Assim, o espaço abstrato de Perroux se constitui em uma tipologia do espaço econômico, que pode ser distinguido em três tipos. Um primeiro pode-se definir como o espaço das áreas de planejamento das unidades de decisão, ou seja, o definido em um plano. O segundo é definido pelo campo de forças atuando sobre as unidades de decisão. E o terceiro é o espaço do campo de objetos homogêneos, definido como um agregado homogêneo (PEDROSA, 2013, p.107; LIMA; SIMÕES, 2009, p.7; HANSEN, 1979, p. 148; LASUEN, 1972, p.116). O segundo são os polos (centros/focos) que emanam forças centrífugas e atraem forças centrípetas, o que os caracterizam como os polos de desenvolvimento.

Nesse sentido, segundo Lima e Simões (2009, p.7) a noção de espaço econômico, introduzida por Perroux na economia, descartava a noção de espaço euclidiano (continente-conteúdo) e inseria a noção matemática de espaço abstrato, pois, para ele, este seria o método mais adequado para analisar a dinâmica das relações econômicas. Deste ponto de vista, Lasuen (1972, p. 116) colocou que “o conceito de polo de crescimento é a derivação lógica de tal tipo perrouxiano de espaço abstrato. O espaço econômico, como campo de forças, conduz à noção de polo, um vetor de forças econômicas”.

Com efeito, o que se deve evidenciar na análise perrouxiana é o seu sentido econômico e funcional do que as considerações especificamente geográficas. Portanto, na proposta de Perroux (1950, p. 90-97) a localização em sentido banal criaria a ilusão da coincidência entre espaço político, espaço econômico e humano, por isso foi necessário distinguir o espaço euclidiano do espaço abstrato/espaço econômico, que se define por uma tipologia tríplice (HANSEN, 1970, p. 148). Podemos dizer que este aspecto tríplice do espaço perrouxiano se caracteriza como base teórico-metodológica da escola de economia espacial francesa, responsável por influenciar trabalhos de economistas e geógrafos no campo do planejamento e desenvolvimento regional pelo mundo.

No entanto, o próprio Perroux (1967, p. 158) reconheceu que: “a determinação destes espaços econômicos é bastante complexa”, já que “o espaço da

economia nacional não é o território da nação, mas o domínio abrangido pelos planos econômicos do governo e dos indivíduos” (LIMA; SIMÕES, 2010, p.6).

Entretanto, de acordo com o geógrafo brasileiro Santos (2014, p. 166) foi o economista francês Jacques R. Boudeville o primeiro a sugerir que o conceito dos polos de crescimento tinha uma base geográfica. Essa informação torna-se importante na medida em que, a partir das formulações em torno da teoria dos polos de desenvolvimento suscitaram divergências a respeito da interpretação da ideia de espaço e de região no campo da geografia. Mas, o que fica claro na teoria de Perroux é que a noção abstrata de um espaço econômico supunha pouca relação com a noção concreta de espaço geográfico, gerando, assim, uma controvérsia teórica e metodológica a respeito do espaço como objeto de estudo e/ou de planejamento.

Neste sentido, encontra-se nos trabalhos de Santos (2014, p.167) certa crítica à diferenciação entre “espaço abstrato ou econômico” de “espaço concreto ou geográfico” e suas repercussões tanto para o planejamento quanto para teoria do espaço. Ou seja, esta dicotomia constituiria nos obstáculos à análise e ao planejamento espacial. Ainda foi Santos que apontou, conforme Beguin (1953, p.573), que os dois conceitos de espaço deveriam ser usados.

No entanto, se há um obstáculo, ainda faltam esforços entre os especialistas para entendê-los e, por conseguinte, superá-los. Como as diferentes concepções dos dois conceitos entre parte de geógrafos e economistas, pelo menos, no período de maior difusão e recepção da teoria de polarização espacial perrouxiana no planejamento.

Nesta perspectiva, sem essa preliminar definição da noção de “espaço econômico” (abstrato), mais próximo daquela pensada por Perroux, não entende-se a diferença da concepção da noção de espaço geográfico (concreto) e as controvérsias que disso resultaram.

### **2.3. CONTROVÉRSIAS DO ESPAÇO – ECONÔMICO OU GEOGRÁFICO?**

Boudeville (1957) apresentou a contradição entre o geógrafo que considerava o homem em seu entorno natural e o economista que considerava o entorno em suas relações com as atividades humanas. Para ele “o espaço geográfico é um espaço tri-dimensional confrontado com um espaço mais complexo e multidimensional” (BOUDEVILLE, 1957, apud SANTOS, 2009, p. 69-70).

Com isso, foi a escola de economia espacial francesa referida a François

Perroux e Jacques R. Boudeville que conglomerou economistas e geógrafos que partiam deste arsenal teórico-conceitual e metodológico para efetuarem seus estudos no planejamento e desenvolvimento econômico e social, justamente, quando a questão regional aparecia como escala de estudo privilegiada.

Neste sentido, os estudos sobre organização espacial no âmbito do planejamento e desenvolvimento regional, com certa influência da economia espacial francesa, abarcou a noção de espaço entre concepções diferentes. Assim, existiria o espaço econômico, uma abstração passível de ser planejado e programado; e o espaço geográfico visto como um ponto no território responsável por abarcar ou receber alguma atividade econômica, caso ela não ocorresse espontaneamente.

Desse modo, Hansen (1970, p.148) colocou que o caráter não-geográfico de Perroux contrasta com a ênfase dada por Boudeville que, “sob um ponto de vista econômico”, definiu que existem três tipos de espaço para o planejamento. Sendo eles: o espaço homogêneo, o espaço polarizado e o espaço de planejamento ou programado.

Ainda Hansen (1979, p.148-149) atribuindo às concepções de Boudeville para o recorte regional caracterizou a região da seguinte forma:

Região homogênea: com grau de uniformidade correspondente a um espaço contínuo, ou seja, partes ou zonas constituintes com características relevantes similares e passíveis umas das outras;

Região polarizada: com grau de interdependência de suas diversas partes, relacionando-se à noção de uma hierarquia de centros urbanos e suas funções. É um espaço heterogêneo, com partes que se complementam e suportam umas às outras, mantendo maior troca de artigos e serviços com um centro ou polo urbano intra-regional dominante das regiões vizinhas;

Região de planejamento ou de programa: grau de dependência dos objetivos que persegue várias partes e dependem da mesma decisão. Um instrumento colocado nas mãos de uma autoridade, não necessariamente localizada na região, para atingir um determinado objetivo econômico.

Hansen (1979, p. 149), também escreveu que apesar de usar a terminologia de Perroux, Boudeville foi quem (1961) considerou:

uma utilização mais concreta ao sustentar que a teoria do espaço econômico “é a aplicação de um espaço matemático sobre ou em um espaço geográfico”. Contudo qualquer avaliação desta abordagem requer, primeiramente,

considerações sobre um outro aspecto da teoria de polo de desenvolvimento, a saber, o conceito de dominância [sic] (HANSEN, 1970, p. 149).

A noção de dominância econômica ajuda a entender como François Perroux interpretou a ideia de espaço geográfico, por onde, logicamente, ocorreria o processo de polarização como promulgado na sua teoria dos polos de desenvolvimento. Assim, seria uma noção conexa a dos polos e se refere ao “esforço geral de Perroux em prover uma interpretação dinâmica da atividade econômica” (HANSEN, 1970, p.149).

De modo geral, o conceito de espaço econômico é uma explicação da influência exercida por uma unidade econômica sobre outra. Estas unidades econômicas se caracterizam por suas dimensões e pelo poder de negociação da natureza de suas atividades e, ademais, se pertencerem a uma zona de atividade econômica dominante. É neste caso que, segundo Hansen (1970, p.149-150) pode-se encontrar uma interpretação de dimensão puramente econômica e uma dimensão espacial.

Seguindo esta ideia, a dominação vai ocorrer quando uma empresa controlar um espaço econômico abstrato (mercado de um produto/serviço ou um grupo de produtos/serviços) e exercer influência sobre outro espaço econômico. Neste raciocínio, as empresas (indústria propulsiva/dominante) se organizam em oligarquias econômicas, ou seja, possuem poder de exercer influência sobre clientes e fornecedores diversos. Assim, Hansen (1970, p.150) colocou que “*em termos de espaço geográfico as indústrias dominantes e propulsivas [sic] tornam a aglomeração onde estão localizados os polos de suas regiões*” E, portanto, escreveu: “*os conceitos de espaço econômico e de polos de desenvolvimento foram definidos em termos de abstração da localização espacial concreta e em termos de áreas geográficas*” (HANSEN, 1970, p.151).

Normalmente este efeito de dominância foi atribuído aos grandes centros urbanos por serem detentores de forças propulsoras capazes de influenciar e proporcionar atividades econômicas em outros “espaços econômicos” com quem estabelecem suas relações.

No entanto, considera-se o efeito de dominância como o grande marco geral que Perroux propõe como realidade iniludível de sua análise (CORAGGIO, 1972, p.12) para o planejamento do desenvolvimento econômico e social em sistema de desequilíbrio econômico.

Conforme Aydalot (1965), na formulação de Perroux, a localização do crescimento era preocupação secundária, o elemento “*principal [era] a aparição e o desaparecimento de indústrias*” (HANSEN, 1970, p.152), para depois polarizarem o

desenvolvimento pelo espaço. Ou seja, o economista francês centrava sua análise nos elementos de inovação e do fator indústria/industrialização como fatores necessários ao desenvolvimento econômico e social.

Portanto, enfatizamos que a abstração do espaço econômico pretendia abarcar e explicar o comportamento da grande indústria como verdadeiros monopólios e oligopólios de capital, processo característico do sistema de acumulação capitalista logo pós-guerra. Porém, como observado, o conceito foi elaborado para planejar as atividades econômicas em suas relações estruturais, nas quais o espaço geográfico não adquiriu grande importância.

Portanto, uma definição simples de uma indústria propulsiva é que ela é uma produtora de economias externas. Desse modo, estaria certo apontar que, *a priori*, o conceito de polarização não implica em concentração geográfica (HANSEN, 1970, p.153). Seria esta uma pista para responder a afirmação anteriormente levantada? Ou seja, o erro estaria em querer achar e impulsionar o local ideal de desenvolvimento econômico dentro das “unidades territoriais organizadas politicamente” (Estado Nacional)? Contudo, as regiões de Hansen baseadas nos espaços de Boudeville mantêm o aspecto topológico/abstrato do espaço econômico perrouxiano e sua tipologia tríplice.

Porém no âmbito de uma estrutura monopolista de produção, Santos (2014, p.167) criticou as ideias de Perroux e considerou a melhor forma de análise “uma perspectiva multidisciplinar do “espaço concreto” (espaço geográfico/espaço banal) composta pelo espaço empresarial, institucional e público”. Para o geógrafo a tradicional definição de sistemas era insuficiente para aceitar o modelo de espaço como sistema, o que tornava difícil chegar a uma definição operacional do espaço. Ele se refere a Godelier (1972), para quem um “sistema é igual a um grupo de estruturas interligadas por certas regras”, já a estrutura se define por um grupo de elementos interligados por certas regras (SANTOS, 2014, p.168). Esta proposta será mais explorada na sequência do trabalho.

Neste sentido, apesar do geógrafo Lasuen (1972, p. 121) mostrar as fragilidades das considerações insumo-produto<sup>5</sup> para o planejamento espacial, Santos (2014, p. 168), que, também não concordava com essa abordagem, foi quem buscava outra estrutura de produção e outros elementos do sistema social e espacial. Porque, para este autor, especificamente, *insumo-produto* lida apenas com as relações entre empresas modernas “e não é útil na construção de uma teoria espacial universalmente válida”. Encontra-se, portanto, uma inflexão teórica metodológica entre a proposta

---

<sup>5</sup> Aceitáveis nas formulações perrouxiana, porém, desacreditada por Lasuen (1972, p. 121) ao indicar a fragilidade desta proposta na obra de Hansen (1970, p. 151).



miltoniana e a perrouxiana.

Dessa maneira, em contrapartida ao espaço econômico perrouxiano, Santos (2014, p. 169) propõe “*analisar estruturas agregadas de produção como “elemento” na elaboração de um sistema espacial, isto é, a projeção geográfica do sistema social em seu sentido mais amplo*”. Com isso, o sucesso de uma nação deveria deixar de ser medido de acordo com a eficiência das trocas interindustriais, pelo aumento do produto num determinado período de tempo em condições de uso de capital e de mão de obra. Segundo Santos o que se deveria considerar numa política de planejamento espacial, são: a) as estruturas econômicas (manifestação de modelos de crescimento adotado); b) as estruturas geográficas (distribuição da população, das infraestruturas, das atividades e das instituições) e c) as estruturas sociais e políticas.

Assim pode-se definir o “*espaço como um sistema – isto é, uma definição multidimensional e operacional – [que] é obtida pela interação destas estruturas*”. A estrutura do espaço não depende apenas da localização das empresas, como se acreditou na análise regional clássica (ou na escola locacional), pois requer a consideração da estrutura do Estado, da produção e dos recursos disponíveis atribuídos às diferentes classes sociais. Conquanto, “a importância de um indivíduo enquanto produtor e consumidor também depende de sua posição no espaço e varia em função das oportunidades na estrutura espacial” (SANTOS, 2014, p.169)

Não é demais lembrar a vertente keynesiana de Perroux, que enfatizava o papel do Estado no processo de planejamento econômico e social. Porém, neste caso, tal papel seria o de garantir as condições necessárias para a instalação da grande indústria (indústria motriz), ou dita de outra forma, teria a função de induzir o desenvolvimento onde este não ocorresse “naturalmente”. Deste modo, o economista francês teorizou um planejamento cujas garantias fossem o desenvolvimento em um ambiente de desequilíbrio econômico, por isso sua atenção às “grandes unidades produtivas”. Porque, para ele, caso os polos se desenvolvessem por efeito de polarização espacial ocorreria o desenvolvimento nacional.

Entretanto, como Santos (2014, p. 170) atribuiu a dificuldade de encontrar uma organização espacial à incapacidade de impulsionar o crescimento e suas condições de difusões coordenadamente, este obstáculo, segundo o geógrafo, advinha da interpretação que se fazia da própria ideia de crescimento, entendida, majoritariamente, pelo viés da concentração e acumulação de capital. Por isso, alertou sobre a necessidade de uma definição das características específicas da organização espacial nos países subdesenvolvidos.

Mas antes, vejamos o exemplo do Brasil pós-1964 e a influência do uso das teses perrouxiana no pensamento geográfico da época e suas contribuições para o planejamento e as conseqüentes críticas.

### **3. A TEORIA DA POLARIZAÇÃO ESPACIAL NO CONTEXTO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO BRASILEIRO – UMA APROXIMAÇÃO.**

Para que a política regional e urbana dos países em industrialização seja eficaz não é necessário que se dediquem ao empirismo. Ao contrário, ela deve estar atenta aos meios que a teoria mais recente põe à sua disposição. As recentes escolas europeias e americanas se voltam para a análise de polarização cuja paternidade se deve a François Perroux (BOUDEVILLE, 1973, p.5).

Jacques R. Boudeville mostrou<sup>6</sup> bem como a teoria dos polos de desenvolvimento foi propagandeada aos países subdesenvolvidos e denunciou quem a criou. Além disso, o excerto acima se torna interessante porque veio em destaque na publicação do artigo “*Desenvolvimento e planejamento regional*”, de autoria do economista francês, no “*Boletim Geográfico*”<sup>7</sup> de 1973, publicação que será absorvida pela “*Revista Brasileira de Geografia*” (RBG), ambas do “*Instituto Brasileiro de Estatísticas e Geografia*” (IBGE). Isso demonstra um dos caminhos por onde a teoria perrouxiana circulou entre os estudos de economistas e geógrafos interessados em planejamento e desenvolvimento regional. Assim, os pressupostos da escola de economia espacial francesa foi o referencial dos estudos regionais entre os geógrafos “*ibgeanos*”, destacadamente, após 1964.

Na literatura especializada, a teoria de polarização espacial perrouxiana foi comumente aceita como a busca de um equilíbrio entre as relações do estado, empresa e território (SILVA, 1995, p.37). No entanto, a crítica à teoria dos polos de desenvolvimento quando aplicada no Terceiro Mundo advém da atribuição dada aos centros urbanos como se eles fossem verdadeiros polos impulsores de desenvolvimento, uma vez que esses espaços apresentam as condições mais dinâmicas, variadas e modernas de produção e consumo. Esta conhecida constatação encontra-se na revisão

---

<sup>6</sup> Jacques R. Boudeville (1973, p. 6) relacionou além dele mesmo os nomes de Jean Paelink, Jos Hilhottt, Niles Hansen e John Friedman como vinculados às escolas europeia e americana da teoria da polarização espacial.

<sup>7</sup> As edições do Boletim Geográfico estão digitalizadas e podem ser acessadas através da biblioteca “*online*”. Disponível em: <<<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=719>>>.

crítica da teoria feita pelo economista argentino José Luis Coraggio<sup>8</sup>, quando ele releu Perroux e buscou desvendar a carga ideológica por trás da neutralidade da teoria.

Indicamos que a teoria da polarização espacial não circulou apenas no Brasil. A “*Revista de Estudios Urbano Regionales*” (EURE)<sup>9</sup> também foi um dos veículos de circulação da teoria e do debate do planejamento e desenvolvimento regional na América latina. As suas publicações iniciaram na década de 1970, no momento de maior foco na questão regional dada pelos cientistas sociais, e permanece com periodicidade ainda hoje.

Isso parece coincidir com a divisão que Claval (2013, p.17) faz das três fases “na reflexão concernente ao espaço e ao território”. A segunda fase começaria em 1930 e se seguiu até 1970. Momento em que se descobriu o desenvolvimento desigual e motiva todas as Ciências Sociais a se interessarem pela organização espacial.

Assim, na medida em que a teoria dos polos de desenvolvimento se pulveriza entre diversos níveis da estrutura de decisões do planejamento estatal - técnicos especializados, estratégia militar, funcionários administrativos locais, etc. (CORRAGIO, 1972, p.2) torna-se importante se aproximar do contexto histórico e do conteúdo político no qual a teoria dos polos foi recepcionada e influente nas técnicas do planejamento do Brasil. No âmbito do Estado destacam-se algumas mudanças de suas características estruturais nesse período, intensificando sua burocracia e adotando um viés de modernização autoritária (BOMFIM, 2007, p.93) fato que nos ajuda compreender como a teoria não encontrou obstáculos para atender os interesses governamentais no momento de sua ampla circulação.

Dessa forma, como apontou O’Donnell (1995, p.55) foi o momento de implantação do Estado Burocrático Autoritário (B.A.), que não é apenas uma escolha estética a ser trabalhada, mas, representa algumas especificidades que o diferenciam de outros estados autoritários estudados. Portanto, sua implantação em alguns países sul-americanos na década de 1960 (Brasil e Argentina) representa mudanças nestas sociedades em suas estruturas sociais e econômicas.

Com isso, as características gerais que definem este tipo de Estado podem se resumidas assim: a) nas posições superiores do governo criam-se organizações complexas e burocráticas; b) são sistemas de exclusão política (pouco ou nenhum diálogo com setores populares da sociedade); c) são sistemas de exclusão

---

<sup>8</sup> Coraggio dedicou boa parte de seu trabalho no campo da economia regional, boa parte destas publicações estão disponíveis em sua página pessoal na internet. Disponível em: << [http://www.coraggioeconomia.org/jlc\\_publicaciones\\_r.htm](http://www.coraggioeconomia.org/jlc_publicaciones_r.htm)>>.

<sup>9</sup> Disponível em: << <http://www.eure.cl/index.php/eure>>>.

econômica (reduzem e adiam, sem definir, a participação econômica do setor popular); d) são sistemas despolitizantes (reduzem questões sociais e políticas a problemas técnicos, resolvidos entre as cúpulas das organizações acima referidas, e; e) será a etapa de importantes transformações nos mecanismos de acumulação dessas sociedades como parte de um processo de aprofundamento de um capitalismo periférico e dependente, porém, já com uma extensa industrialização (O'DONNELL, 1995, p.55-56).

Esta conjuntura, portanto, marcou a euforia da dinamização econômica ocorrida na primeira onda da colisão dos Estados (B.A) com as empresas multinacionais. Já, especificamente no Brasil, significa também falar de uma significativa transformação no espaço nacional nestas décadas de 1950 e 1960 (IBGE, 2015).

Entretanto, o pensamento geográfico já tinha se institucionalizado no Brasil desde a década de 1930 e 1940. Por exemplo, com a criação do IBGE (1934-1938), da Universidade de São Paulo – USP (1934) e da Universidade do Distrito Federal (1934) (BOMFIM, 2014, p.2). Neste contexto, o que se observa então, é que a geografia iniciará maior debate epistemológico, na medida em que os geógrafos são cada vez mais solicitados para projetar e explicar quadros passíveis de intervenção e não mais apenas descrever a realidade. Em certa medida, progressivamente, novas teorias, modelos e métodos quantitativos surgem, e cada vez mais, foram usadas pelo aparato estatal.

Consoante isso, as significativas mudanças na configuração territorial do Brasil logo após a Segunda Guerra Mundial. O crescimento das cidades e a complexa rede urbana nacional e a difusão do meio técnico-científico pelo território ocorre concomitantemente com uma re-centralização do poder no Governo Federal, o que aumentou a capacidade do Estado de realizar políticas de planejamento econômico e de organização do território brasileiro (CONTEL, 2014, p.5).

Ianni (1996, p. 240-254) mostrou que este período marcou a afirmação da hegemonia da tecnoestrutura estatal, entendida como o conjunto da tecnocracia (profissionais técnicos) mais os respectivos órgãos do estado (institutos, secretárias, superintendências etc.) e além de um caráter, fundamentalmente privatista, o governo que se instaurava desenvolveu ainda mais sua tecnoburocracia. Porque seria foi esta esfera que passou a regular o funcionamento das forças produtivas e das relações de produção no país, através do discurso da neutralidade da técnica do planejamento e da importância da planificação da política econômica governamental.

Nesta relação entre planejamento e regime autoritário<sup>10</sup> o que se

---

<sup>10</sup> Os governos Castello Branco, Costa e Silva, Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo seguiram as mesmas diretrizes e políticas econômicas e nenhum foi eleito por voto direto (IANNI, 1996, p.229).

promulgava, portanto, era:

reduzir a taxa de inflação; incentivar a exportação de produtos agrícolas, minerais e manufaturados; racionalizar o sistema tributário e fiscal; estimular, sob controle governamental, o mercado de capitais, criar condições e estímulos novos à entrada de capital e tecnologia estrangeiros; conter os níveis salariais em todos os setores da produção; estimular as estruturas urbanas; executar o plano habitacional; criar a indústria petroquímica; estabelecer novos objetivos e criar novos meios na política de ocupação e dinamização da economia na Amazônia; ampliar os limites do “mar territorial”; defender e estimular a indústria do café solúvel; formular uma política brasileira de energia nuclear; modernizar as estruturas universitárias; retomar os estudos sobre a reforma agrária; propor o plano de “integração nacional”; etc. (IANNI, 1996, p.229).

Isto mostra a retórica governamental voltada para o território, sobre qual uma ideologia geográfica se construía. Porque além de reelaborar as condições do funcionamento dos mercados de capital e força de trabalho como fatores básicos do processo econômico (IANNI, 1996, p.230) o que se observou foi o interesse pela intensificação da modernização do território através das “estruturas urbanas”, pela “ocupação” da Amazônia (ou seja, integrá-la ao espaço econômico brasileiro) e de ampliar o “mar territorial”. Ademais, o incentivo a modernização das indústrias, das estruturas universitárias, e talvez a mais significativa, a investida na “integração nacional”.

Conjuntura, portanto, do aprofundamento do capital internacional nas economias nacionais tanto pela dependência de modelos de produção, quanto pelos modelos de consumo. Desse modo, o planejamento tornou-se “conceito-chave” aplicado ao sistema capitalista como meio de impor por toda parte o capital internacionalizado, passando para uma fé cega nas taxas de crescimento, tornando a principal preocupação das modernas elites de vocação política (SANTOS, 2009, p. 16). A elite brasileira, desafortunadamente, preferiu deixar tal preocupação no domínio forte dos militares.

Desse modo, na “medida que a política econômica governamental favorecia e estimulava a concentração de capital, em nível nacional e internacional, necessariamente, ocorria a internacionalização de capitais e decisões” (IANNI, 1996, 297). Portanto, essa foi a “atmosfera da época” e o “clima” favorável para o crescimento e o progresso – para usarmos a metáfora perrouxiana - em que a teoria dos polos de desenvolvimento ganhou circulação na esfera do planejamento econômico e social brasileiro.

Contudo, apesar de ter ocorrido uma aproximação entre economistas e

geógrafos no âmbito do planejamento espacial (BOMFIM, 2007, p.348), buscamos identificar as críticas que surgiram, concomitantemente, à recepção a-crítica dos planejadores. Pois, nesse mesmo contexto, também, se fortaleceu o movimento intelectual da geografia crítica (PEDROSA, 2012, p.141). Mas antes, devemos se aproximar do pensamento geográfico a partir das influências da teoria da polarização espacial perrouxiana, enquanto ela circulou pelo Brasil.

Destaca-se, que os estudos regionais partiam da ideia da industrialização como modelo ao crescimento econômico e condição interna necessária à superação do subdesenvolvimento (BOMFIM, 2007, p. 197; 2014 p.3; LIMA; SIMÕES, 2010, p.6). Estes estudos, portanto, almejavam equilibrar os fenômenos da concentração populacional nos centros urbanos e os desequilíbrios estruturais (econômicos e sociais) intra e inter-regional e as relações das regiões com o espaço nacional.

Com isso, recorrer à historiografia da geografia brasileira permite identificar os geógrafos do IBGE que, com seus estudos, subsidiaram o planejamento do regime militar (1964-1985). Decerto, foi com o aumento da tecnoestrutura estatal e de sua tecnocracia que, parte dela, teve certa “percepção espacial” de que o crescimento econômico do país significava, geograficamente, a ocupação e a inovação técnica do território (BOMFIM, 2007, p.177). Por isso, é importante conhecer o processo pelo qual a teoria se inseriu e se manteve como base teórico-conceitual e metodológica dos trabalhos executados a cargo do instituto.

Bomfim (2007, p. 38) colocou que entre outros conceitos “polos de desenvolvimento” formou “a espinha dorsal do planejamento militar”. Para ele, a noção de circulação (rede de transportes, comunicação - impulsores de fluxos) baseou-se na tecnificação do território, que visava responder a uma euforia desenvolvimentista do “milagre econômico”, apoiados na eficácia técnico-científica do planejamento.

Portanto, para se aproximar dessa conjuntura, um bom trajeto é o de selecionar alguns eventos (congressos, encontros, conferências) como referenciais das trocas de ideias; e documentos que ajudam mostrar quem foram os responsáveis por incorporar a teoria no debate brasileiro, na questão regional. Assim, encontramos o momento de recepção da teoria e o de sua transformação (ou “quantificação”), que ocorreu quando aplicada por alguns planejadores e organizadores do espaço brasileiro.

Entre a recepção e a transformação, Contel (2014, p. 5-7) vai caracterizar como o processo de surgimento de “três novos paradigmas” no debate sobre região dentro do IBGE: a “*new geography*” (matriz anglo-saxã), a economia espacial francesa (François Perroux e Jacques Boudeville) e a metodologia de Michel Rochefort.

Um desses paradigmas se impõe na década de 1960, com o referencial da escola francesa através dos métodos do geógrafo francês Michel Rochefort, responsável pela aceitação institucional da geografia ativa no seu país (PEDROSA, 2013, p. 144). Seu método, de modo geral, centrava-se nos estudos das cidades, suas influências na rede urbana do país e nas suas respectivas regiões (CONTEL, 2015, p.7-8). Neste sentido, ainda se necessita explorar mais quais seriam as referências perrouxiana em Michel Rochefort, porque o que é certo mesmo é sua influência sobre a *intelligentsia* geográfica do Brasil, pois, além de ter revisado trabalhos de geógrafos brasileiros sobre o espaço nacional, ministrou curso tanto no “Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada” (EPEA posterior IPEA) quanto no IBGE (BOMFIM, 2007, p.202-222).

Outro exemplo que nos ajuda entender o aspecto da circulação da teoria perrouxiana, e o qual não podemos deixar de mencionar, é a “Superintendência do Nordeste” (SUDENE), órgão estatal criada no governo varguista. Neste órgão, em que atuaram Celso Furtado e o geógrafo pernambucano Manuel Correia de Andrade, se realizou o I Congresso sobre polos de desenvolvimento no Brasil, em 1966, no qual Rochefort, também, esteve presente.

Nesse sentido, pode-se dizer que, primeiro, temos uma maior influência (mas não única) da concepção da economia espacial francesa, com destaque a noção de região defendida por Boudeville, que continha uma visão prospectiva, como na noção de “região piloto” ou programa. Esta entendida como “unidades territoriais” com a delimitação e o enfoque em aspectos de estrutura urbana e “equipamentos terciários”, no entanto, as análises voltavam-se, mesmo, ao setor industrial (BOMFIM, 2007, p.198-199). E esta parece ter sido a leitura feita pelos geógrafos que trabalham, a partir de então, com as noções de região homogênea, região polarizada e região programa.

Tal influência é inegável com o “Esboço preliminar da divisão do Brasil em Espaços Homogêneos e Espaços Polarizados”, de 1966 e depois nos “Subsídios à Regionalização”, de 1968. Dois “estudos [que] serviram de apoio para medidas de planejamento público e privado, não apenas durante os anos de 1970, logo após seu aparecimento, mas, com ajustes, inclusive contemporaneamente...” (BOMFIM, 2007, p. 206).

Outro paradigma surge na virada da década de 1970, quando apresenta maior presença dos modelos matemáticos e das teorias da geografia quantitativa (anglo-saxã), cujo maior representante dentro do IBGE foi o geógrafo Speridião Faissol, quando ele esteve na frente dos estudos geográficos dentro do instituto (BOMFIM, 2007, p.139).

Como é de amplo conhecimento existe uma clara diferença de método

entre a geografia quantitativa, de evidente inclinação positivista, com a geografia ativa (Pierre George e Michel Rochefort) que buscava uma perspectiva mais crítica, sobretudo no debate do subdesenvolvimento. Porém, os dados estatísticos estiveram presentes em ambas as análises, não apresentando muitas preocupações ao pragmatismo e utilitarismo destes estudos ao serviço de um planejamento territorial sobre hegemonia estatal – atraente campo de ação para os geógrafos –, porém atrelado ao capital internacionalizado.

Entretanto, de maneira geral, ocorreu uma grande confluência teórica que se exemplificaria por uma aproximação entre elementos da geografia regional francesa/geografia ativa e da economia espacial de Perroux, mais as teorias do desenvolvimento [Myrdal e Rostow] e os resquícios da geopolítica mackinderiano” (BOMFIM, 2007, p. 148).

Dessa maneira, para entender o planejamento teorizado e em certa medida praticado no Brasil após 1964, destacamos o seu referencial espacial por intermédio da difusão da teoria de polos de desenvolvimento econômico e social. Já que a teoria foi utilizada quase como “fórmula” do planejamento no regime autoritário (BOMFIM, 2007, p. 165). Ou seja:

Em nenhum outro período da história brasileira recente, a ideia de desenvolvimento econômico-social tenha se revestido de um caráter eminentemente territorial como nos anos que se sucederam a 1964. Equipar o território através de planos ambiciosos, cuja intenção era coordenar os passos da produção do espaço nacional, fez parte do planejamento estatal desse período da história brasileira (BOMFIM, 2007, p.48).

Nesse momento, que a política estatal e sua geopolítica revestida tecnicamente foi “aplicada por intermédio do planejamento do território” (BOMFIM, 2007, p.48), pois, com a superação das substituições de importações – 1950/1960 – existia a ânsia de construir um mercado interno consumidor que demandasse por avanços tecnológicos. Daí a preeminência do Estado no uso do planejamento como instrumento político (BOMFIM, 2007, p.165). De modo que, o planejamento econômico do Governo Militar se caracterizou como um planejamento estatal intervencionista (CONTEL, 2014, p.5-9).

Outro evento fundamental para entender as relações entre a teoria dos polos e as transformações do conceito de região no campo da geografia foi o seminário de Bordeaux (1968), onde geógrafos da escola francesa, do IBGE e cientistas sociais



debateram os fatores de regionalização do espaço, o papel das cidades neste processo e os tipos existentes no Brasil (BOMFIM, 2007, p.130-131). Os brasileiros presentes no seminário foram os geógrafos: Manuel Correia de Andrade da Universidade de Recife, Lysia M.C. Bernades do Conselho Nacional de Geografia (CNG), também deste conselho, Catharina Vergolino Dias e Pedro Pinchas Geiger, e, no exílio, o geógrafo Milton Santos como um dos organizadores do evento. Celso Furtado foi outro intelectual importante entre os presentes.

O cerne daquele seminário era o debate do conceito de região entendida como um recorte espacial escolhido pelo poder público. Portanto, região homogênea se constitui pela herança histórica, mais o meio natural existente e as respectivas relações econômicas organizadas em uma estrutura harmoniosa. Região heterogênea é móvel e se constitui por unidades funcionais de papel organizador, por exemplo, a ação da metrópole sobre o meio urbano. Porém, mesmo que existissem divergências metodológicas e de definição, a questão da regionalização ficou entendida como processo de organização do território, portanto, a região é a área de intervenção via planejamento, ou seja, uma “região programa”. Na ocasião do seminário, estas definições de região foram reconhecidas pelos geógrafos como fenômenos presentes no território brasileiro (BOMFIM, 2007, 131-132).

Ainda sobre o Seminário de Bordeaux Oliver Dolfus (1971, p.188) concluiu que desde então a regionalização se estabeleceu como “ato político visando melhorar o desenvolvimento econômico [e acompanhado] necessariamente da criação de limites [e] de fronteira [no seu] interior”. O tema do seminário uma vez identificado no espaço brasileiro como, um “nordeste pobre, ainda marcado pela economia colonial, uma Amazônia quase vazia e polos de desenvolvimento modernos como é o Rio de Janeiro e São Paulo” (BOMFIM, 2007, p. 139). Fatos estes que expressavam uma dualidade no espaço econômico do Brasil.

Porém, mesmo que filiações políticas-ideológicas possam ditar filiações epistemológicas, pelo menos no período aqui trabalhado, torna-se igualmente importante pontuar que não relacionamos os geógrafos brasileiros ou não que dialogavam com a escola de economia espacial francesa ou qualquer outra diretamente com os militares no poder. Apenas identificamos, que uma vez o método adotado entre os geógrafos ibgeanos e de outros órgãos de planejamento, os estudos que disso resultaram, serviram para o governo federal como subsídio ao planejamento do território nacional, ou seja, da (re) organização do espaço nacional.

Posto isto, todos os anos de circulação da teoria dos polos de

desenvolvimento como base teórico-conceitual e metodológica se manifestam nas publicações da “*Revista Brasileira de Geografia (RBG)*”<sup>11</sup>. A partir destas publicações foi possível marcar a penetração da teoria perrouxiana pela perceptível substituição dos estudos de forte influência descritiva/”possibilista” para uma prevalência dos estudos de geografia urbana e regional. Por isso, podemos dizer que existiu, primeiramente, a predominância da escola francesa de geografia para, posteriormente, já na virada dos anos 1970, se aprofundarem os referenciais da escola quantitativa.

Entretanto, os novos atributos para regionalização não passariam da noção de uma área definida pela influencia de um centro; influenciada e identificada a partir das trocas de fluxos hierarquicamente ordenados a partir do nível de industrialização e dos serviços disponíveis. Por isso, temos uma rede urbana brasileira hierarquizada desde os setores de serviços, bem como ensinava Rochefort (1967 p.11-15).

Apesar do uso do planejamento regional ter sido aplicado como tentativa de superação do subdesenvolvimento. As novas formulações regionais que para isso seguiram, guardadas as devidas diferenças, pode-se dizer que não extrapolaram as fundamentações já encontradas na geografia de insígnia clássica (lablachiana), na qual a região vai aparecer como área passível de intervenção e de planejamento.

Isso se aceitarmos o que coloca Bomfim (2007, p. 202; 2014 p. 9), que nos trabalhos do IBGE o encontro entre tradição e teoria ocorreu porque “conhecer o espaço era condição a priori para a definição de políticas públicas”. Assim, para esse autor, os cursos de Michel Rochefort no “*Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*” (IPEA) serviram para:

apontar as condições ideais para a planificação (logicamente à maneira dos “países desenvolvidos”), observar as fragilidades do trabalho então recém elaborado pelo CNG (o “esboço dos espaço polarizados”) e indicar alternativas que em tese, seriam aquelas adotadas para a pesquisa de delimitação das micro-regiões homogêneas (BOMFIM, 2007, 202).

Desse modo, apesar de ainda faltar maiores esforços de análise entre o vínculo da economia espacial francesa e geografia ativa. Neste momento, concordamos com Bomfim (2007, p. 202) quando coloca que as regiões homogêneas e os espaços polarizados como o enfoque em cidades centrais de Rochefort e George “nada mais

---

<sup>11</sup> As publicações da Revista Brasileira de Geografia estão digitalizadas e disponíveis no catálogo eletrônico do IBGE. Disponível em: << <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=7115>>>.

seriam que os polos de desenvolvimento à maneira de Perroux”. No entanto, estas contribuições ajudaram substituir a antiga divisão do Brasil em zonas fisiográficas (determinadas em função do meio natural), e elaborar as atuais 361 regiões homogêneas (BOMFIM, 2007, p.2009).

A partir de então, criou-se recortes espaciais passíveis de intervenção mais efetivas das políticas de planejamento territorial, dado aos novos levantamentos físicos, econômicos-sociais, cartográficos, estatísticos e etc. a respeito do território e que possibilitaram estabelecer, então, tanto espaços homogêneos com “quadros naturais” quanto os de atividades terciárias não polarizadoras (ou seja, de pouca industrialização).

Ainda de acordo com Bomfim (2007, p.201) o estudo das redes urbanas brasileira foi o grande cartão de visita do IBGE para o planejamento nacional, sobretudo pós-1964. E uma boa síntese para entender o imbróglio no âmbito epistemológico no período que analisamos, pode-se dizer assim:

Enquanto teoria – metodologicamente conduzida por diversas referenciais da geografia e da economia espacial daquele período, o estudo sobre a questão urbana e a região aproximou-se de uma tradição em pensar o território segundo o viés de ocupação econômica (e geopolítico), na qual (questionamentos políticos à parte), à Geografia Ativa somou-se sua própria reminiscência possibilista e, ainda mais, a “revolução” quantitativa, as teses locacionais, o pragmatismo econômico ortodoxo e como substrato, a retórica militar e conservadora do Brasil Potência enquanto o grande espaço a ser conquistado (BOMFIM, 2007, p.201).

Para isto os métodos e modelos matemáticos, supostamente neutros ideologicamente e por isso científico, passaram ser mais funcionais para uma racionalidade que se impunha como hegemônica no planejamento estatal, processo que muito provavelmente afastou o debate teórico-conceitual e epistemológico cada vez mais para as Universidades, cabendo ao IBGE se tornar muito mais um lugar de aplicação de um conhecimento mais voltado para o uso do Estado. Não que esta não seja a função deste aparato estatal, mas lembramos como exposto, tal instituto também foi um importante ambiente de circulação e de debate de ideias para a constituição do pensamento geográfico brasileiro.

Dessa forma, assim como Bomfim (2007, p.162) mostrou:

as críticas mais contundentes à quantitativa partiram daqueles que viram com preocupação o engajamento “ingênuo e oportunista” da geografia, com seus desejos de afirmação no cenário científico e de praticidade. Como se sabe, coube

à chamada geografia crítica combater os pressupostos quantitativos.

No entanto, no âmbito teórico-conceitual e metodológico podemos destacar as referências mais presentes, mesmo que em momentos diferentes, a escola de economia espacial e a geografia quantitativa como as orientações dominantes nos estudos e subsídios para os planos de organização espacial do Brasil centralizado no Estado. O resultado que ilustraria bem esse processo de regionalização são as divisões das cinco grandes regiões atuais do território brasileiro, definidas na década de 1969 (CONTEL, 2014, p.7).

Portanto no governo autoritário, em que os generais estiveram no poder, os planos e projetos de desenvolvimento buscavam atender o contexto de um país que se via como candidato a potência econômica e conforme Bomfim (2007, p. 345) alguns geógrafos assessoraram, direta ou indiretamente, os altos escalões do planejamento brasileiro nessa empreitada.

Com já adiantado, no mesmo contexto tinham os geógrafos que produziram apontamentos críticos as teorias, conceitos e métodos adotados para pensar e planejar o modo de produção capitalista no espaço brasileiro, isso é o que intentaremos mostrar a seguir. Pois, o planejamento econômico e social (espacial/territorial) do regime militar além de querer transformar a nação em uma constelação de polos com seus meios de propagação, reafirmou o interesse de inserir as economias nacionais na competitividade do mercado da economia mundializada.

### 3.1. A CRÍTICA DE MILTON SANTOS

*“Falar sobre espaço é muito pouco, se não buscamos defini-lo à luz da história concreta. Falar simplesmente do espaço, sem oferecer categorias de análise é também insuficiente”. - Milton Santos<sup>12</sup>*

Para entender a crítica designada à noção de espaço econômico recorreremos a algumas obras de Milton Santos nas quais elas apareceram, concomitantemente com a construção e definição do seu conceito de espaço geográfico, defendido por ele como o objeto de estudo da geografia e conceito enriquecedor para a organização espacial. Essa construção, segundo o geógrafo brasileiro, serviria para contrapor o planejamento burguês vigente na segunda metade do século XX. Foi neste

---

<sup>12</sup> na introdução do livro *Metamorfoses do Espaço Habitado*.

contexto, que nota-se a aproximação de Santos com os postulados marxistas, o que provavelmente contribuiu na sua construção crítica da epistemologia da geografia.

Mas antes, devemos pontuar que a noção de espaço geográfico que encontramos no período aqui abordado, ainda não se conformava como aquela comumente aceita entre os geógrafos que partem do arcabouço teórico-conceitual e metodológico miltoniano para fazerem suas análises. Isto é: o espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, ou, se preferirmos um misto, um híbrido destas duas coisas<sup>13</sup>.

Contudo no contexto característico pelas modernizações impulsionadas pela combinação da técnica e ciência logo com o fim da Segunda Guerra Mundial. As teorias do desenvolvimento capitalista:

(...) como as dos polos de desenvolvimento, dos lugares centrais, do polo e periferia, da difusão de inovações foram de tal forma vendidas, no atacado e no varejo, nas universidades dos países industrializados e nas revistas especializadas, que acabaram passando por verdades intocáveis (...) necessárias à expansão de uma certa noção de crescimento (SANTOS, [1978] 2014, p.10).

As divergências sobre objetivos de pesquisa confundiram a definição chave da teoria dos polos de desenvolvimento, perpetuando na teoria e na prática um uso indiscriminado do conceito em questão, o que resultou em toda sorte de interpretações. Entretanto, entre os pesquisadores que buscaram aumentar a magnitude da economia difundindo-a por todo o espaço e entre a população, ela, ainda, não perdeu seu prestígio. Nesse sentido, “os problemas de distribuição de recursos e da organização espacial são inseparáveis” (SANTOS, 2014, p. 166), ainda mais, se lembrarmos do contexto da ditadura militar brasileira, quando a ação estatal privilegiava o planejamento para o capital em detrimento da maioria da população.

Por isso, deve-se ter em mente, que mostramos a crítica decorrente da aplicação do conceito de espaço econômico/abstrato (perrouxiano) em políticas públicas de planejamento, conquanto, podemos dizer que no pragmatismo do planejamento brasileiro, entusiasmado pelo governo dos generais, se mesclaram todas as teorias de polarização espacial.

Embora tracemos alguns apontamentos sobre a construção teórico-conceitual e metodológica do geógrafo Milton Santos para o fortalecimento da geografia crítica no Brasil, não podemos deixar de mencionar que tal movimento contou com vários

---

<sup>13</sup> Ver SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. p.p. 101-103[1996] 2006.

geógrafos (PEDROSA, 2012, p. 141). Pois, mesmo que não faremos todos os paralelos necessários para compreensão da teoria miltoniana, como se sabe, a construção do conhecimento é resultado do trabalho coletivo<sup>14</sup>.

No âmbito internacional, a geografia crítica se destacava no debate das ideias pela insatisfação com as teorias clássicas que não auxiliavam no entendimento do mundo contemporâneo. Tanto os franceses, mais familiarizados com o marxismo, quanto os radicais estadunidenses, canadenses e ingleses todos se aventuraram na crítica das desigualdades sociais (CLAVAL, 2006; MATTSON, 1978).

Já no Brasil, a geografia crítica enfrentou, além da desigualdade característica da nossa sociedade, dois problemas. Um é o combate ao regime autoritário dos generais e outro era combater os métodos e modelos da quantificação da nova geografia e seu utilitarismo que muito serviu aos interesses dos militares. Portanto, uma tarefa difícil, se pensarmos que, então, se estabeleceu uma dupla luta: a que se travou no campo das ideias e que, bem provavelmente, fortaleceu a que se deu no campo ideológico, político e social na luta por mais valores democráticos no país. Mesmo que ao risco da paz dos cemitérios (MORAES, 2005, p. 138)

Entretanto, o que aqui se encontra de Santos é uma abordagem, entre tantas possíveis, da sua produção crítica. Embora sua trajetória pessoal influenciasse a intelectual, nesse momento não é o foco principal, mesmo assim, o interesse é em contribuir no conhecimento da trajetória intelectual de Milton Santos. Desse modo, seguimos os trabalhos que objetivam tratar sua trajetória como um todo<sup>15</sup>, e, também sobre sua produção inicial anterior ao período aqui trabalhado<sup>16</sup>, mais os artigos de revistas especializadas que homenageiam o geógrafo brasileiro com edições inspiradas na sua obra<sup>17</sup>.

Os estudos já elaborados mostram que o contexto aqui abarcado é o que

---

<sup>14</sup> Como exemplo, a coletânea organizada por Milton Santos que reúne as postulações para os “Novos Rumos da Geografia Brasileira” (1993). Nesse livro estão alguns nomes do pensamento crítico na geografia produzida no Brasil. E, foram os geógrafos com quem Santos trabalhou sua crítica logo que retornou ao Brasil, em 1977. Contudo, se se pode atribuir um marco na emergência do movimento de renovação da geografia brasileira, esse foi o III Encontro Nacional dos Geógrafos (ENG) organizado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) em Fortaleza (CE) em julho, de 1978 (GRIMM, 2011a, p.150).

<sup>15</sup> GRIMM, Flávia Christina Andrade. **Trajetórias epistemológicas**: uma leitura a partir da centralidade da técnica, dos diálogos com a economia política e da cidadania como práxis. p.p. 307. 2011a. Tese de doutorado em Geografia, FFLCH-USP. Da mesma autora, ver: GRIMM, F. C. A. **Aspectos da produção teórica e da organização do arquivo de documentos do geógrafo Milton Santos**. In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiro (IEB), n.52, 2011b. p. 165-182.

<sup>16</sup> MACHADO, Mônica Sampaio. A produção intelectual de Milton Santos vista através de sua trajetória espacial: uma interpretação. **Revista GEOgraphia** – UFF, Rio de Janeiro, 2011, p. 19 – 41.

<sup>17</sup> Ver as homenagens: **Scripta Nova revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Universidad de Barcelona. Vol. VI, núm. 124, setembro, 2002. Para ver trabalhos que partem da teoria miltoniana ver a edição: Especial Milton Santos da GeoUsp. USP, N. 34, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/issue/view/5785>>

ficou marcado na trajetória de Milton Santos como o momento do seu exílio<sup>18</sup>. Sendo neste período, que marcamos das décadas de 1965 a meados de 1980, o qual o geógrafo brasileiro se tornou metropolitano, cosmopolita e se aproximou dos comunistas (MACHADO, 2011, p.21-22).

A partir deste recorte, entendemos porque Santos instrumentalizou as categorias do pensamento marxista no seu debate e estudo geográfico, utilizando do materialismo histórico e dialético<sup>19</sup> na sua crítica destinada à noção equivocada de espaço econômico que escamoteia o geográfico – o social – nas políticas de planejamento e desenvolvimento social. Seu descontentamento era pela atuação dos planejadores do espaço, que utilizavam apenas da abstração das relações econômica para elaborarem seus trabalhos. O que para o autor só contribuía para manter as estruturas de exploração existentes no sistema.

Assim a aproximação de Santos com o pensamento marxista contribuiu para sua abordagem do espaço como resultado e condição do trabalho (através da técnica o homem transforma a natureza). Na medida em que conceitos como modo de produção, força de trabalho e força produtiva são mais ou menos evocados em todo o trajeto aqui abordado.

Vejam, por exemplo, quando Santos expôs sua definição de espaço geográfico aproximando-o de uma leitura marxista, estabelecendo uma proposta de entendimento do espaço que substituísse o atributo, até então, aceito da categoria. Dessa forma:

O espaço geográfico é a natureza modificada pelo homem através do seu trabalho. A concepção de uma natureza natural, onde o homem não existisse ou não fora seu centro, cede lugar à ideia de uma construção permanente da natureza artificial ou social, sinônimo de espaço humano (SANTOS, 2008, p.150).

A partir do ano de 1970 que as críticas de Santos à noção de espaço utilizado no planejamento econômico e social dos países subdesenvolvidos estimulou sua proposta de espaço geográfico. Essa busca aparece em seus textos mais importantes

---

<sup>18</sup> “(...) já no exílio, na França, [Milton Santos] convive intensamente com intelectuais e líderes vinculados à então esquerda política”. Foi quando “se aproximou dos marxistas através de Jean Tricart, com quem estudou a dialética sócio-espacial, que nos anos 70 reinventou e nos anos 90 seria novamente recriada por Edward Soja.” (MACHADO, 2011, p.21).

<sup>19</sup> “Na história da Geografia, a partir da década de 1970, o conceito de espaço seria revisto pela geografia crítica, fundada no materialismo histórico e na dialética (GRIMM, 2011a, p.138).”

publicados ao longo de três décadas<sup>20</sup>. Nesse período, de acordo com Grimm (2011a, p.89) o pensamento de Milton Santos ficou marcado como o “eixo Economia Política”<sup>21</sup> de sua produção teórica (tanto nos estudos da urbanização nos países subdesenvolvidos, quanto de suas análises sobre epistemologia da geografia).

Assim, acreditamos que as ideias de Milton Santos correspondem a uma construção diacrônica e não sincrônica no tempo histórico. Não se iniciou no recorte temporal escolhido e nem se encerrou nele. Por isso, destacamos de sua vasta obra alguns elementos para entendermos sua construção e evolução epistemológica no campo da geografia, e na produção da sua crítica.

Se entendemos a noção de espaço geográfico como aquele recorrente no pensamento geográfico, sabemos que nem sempre se falou dele como o objeto de estudo da geografia. Nesse sentido, o momento que buscamos de Milton Santos foi quando ele colocou e definiu o espaço geográfico como objeto do estudo da disciplina. Portanto, foi o momento que o conceito espaço geográfico ganhou papel ativo, de instância social, na sua reflexão teórica-conceitual e metodológica. Sendo que nessa sua construção epistemológica, o geógrafo, correntemente, se contrapôs à noção de espaço econômico (abstrato), já que essa concepção foi recorrente nas políticas territoriais (modernização do território) usadas para planejar o desenvolvimento econômico e social, impulsionado no caso dos países subdesenvolvidos pelo Estado, em maior benefício das grandes empresas, sobrando pouco para investimentos que amenizam as desigualdades sociais.

Dessa maneira, Santos alertou à importância de se destacar o dado político como um dos autores/produtores do espaço (SANTOS, [1978] 2008, p. 211), ou seja, o problema de “macrodecisão”: Estado e grandes firmas (SANTOS, [1978] 2009, p.70-73). Por exemplo, a experiência do Brasil, pós-1964, quando o papel do Estado tornou-se central na organização do espaço nacional e suas respectivas regiões, reorganizando a divisão territorial do trabalho e intensificando a divisão de classe com a expansão do capitalismo monopolista no Brasil.

Sabemos, também, que os conteúdos das obras de Santos correspondem a uma elaboração maior de sua teoria e método. Porquanto, destacamos as passagens em que ele utilizou do conceito de espaço econômico, justamente, para explicar e definir

---

<sup>20</sup> Dentro da lista proposta por Machado (2011, p. 21), trabalhamos as obras: Economia Espacial (1978); O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo (1978); Por uma Geografia Nova (1978); O Espaço Dividido (1979); Pensando o Espaço do Homem (1982); Espaço e Método (1985). Ademais, acrescentamos outro a lista o: Metamorfoses do Espaço Habitado (1988). Pois, o interpretamos como síntese de sua proposta à geografia crítica brasileira, “que tanto floresceu nesse período” (SANTOS, 1991, p. 9).

<sup>21</sup> Os eixos possíveis para análise dos marcos na trajetória epistemológica de Milton Santos, propostas e levadas a cabo por Grimm (2011a, p. 89-90) em sua tese são: 1) Centralidade da Técnica; 2) Economia Política e; 3) Cidadania como Práxis.



sua proposta de espaço geográfico/concreto, do homem, social. Para isso, Santos não anulou a existência de relações de forças econômicas – fluxos –, que influenciam na configuração do meio geográfico. Pelo contrário, ressaltou a importância de considerá-los, porém, não apenas como espaço abstrato/econômico como o dos economistas e nem o espaço concreto/geográfico, comumente, aceito pelos geógrafos. Entretanto, ambos utilizados no planejamento espacial.

Assim, neste momento para Santos, o espaço social – condição e resultado das relações de trabalho – corresponde, justamente, a indissociabilidade entre os fluxos dos espaços econômicos (âmbito da circulação informacional, organizacional e técnico dos monopólios e oligopólios indústrias privados e/ou públicos, mas também, as normatizações da sociedade) mais os fixos que configuram o meio geográfico (as materialidades: objetos artificiais e objetos naturais). Ou seja, já buscava uma análise do espaço como um par dialético.

Com isso, podemos dizer que as críticas mais diretas que Milton Santos fez a teoria dos polos de desenvolvimento e ao planejamento espacial como todo se encontra na obra “*Economia Espacial: Críticas e Alternativas*”, de 1978. Nesta coletânea com escritos que datam dos anos de 1970 a 1977, o autor expõem suas críticas e alternativas para melhor pensar e planejar o espaço do até então denominado Terceiro Mundo. Portanto, interpretamos aqui esse trabalho como sua exposição sistemática das bases do que posteriormente se cristalizou como sua teoria do espaço. Não que seus estudos anteriores não buscassem isso, mas é nessa obra que Santos reuniu seus estudos que rompiam com a obediência ao pensamento oficial sobre a matéria do espaço e do planejamento (SANTOS, 2014, p.10).

Portanto, o livro “*Economia Espacial*” pode constar como o mais dedicado a prática do planejamento espacial, pois, depois de reconstruir as teorias hegemônicas pensadas nos e para os países centrais, Santos mostrou as respectivas fragilidades destas teorias quando aplicadas como verdades incontestes no Terceiro Mundo, o que nele incitou a reflexão crítica. Por isso, encontramos rigorosas críticas direcionadas às ditas teorias da polarização, a saber: as teorias dos lugares centrais, da difusão de inovações e as de polos de desenvolvimento, todas usadas na América Latina como prática do planejamento do subdesenvolvimento e da pobreza (SANTOS, 2014, p.13).

Assim, se debruçarmos na produção intelectual de Santos, deparamos com um desenvolvimento teórico e metodológico em torno da categoria espaço, quando construiu suas categorias da análise da geografia. Processo em que ele não omitiu sua crítica no enfrentamento das ideias. Pois, com todo obstáculo que um exílio político

representa, talvez, seu distanciamento do país permitiu que Santos formulasse sua crítica. Contudo, ao retornar ao Brasil, Santos encontrou também o debate crítico interno na disciplina no cenário nacional.

De todo modo, segundo Tavares e Silva (2011, p.142) outra obra conhecida porém com pouca atenção quando trabalhamos com a construção intelectual de Milton Santos é o livro “*O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo*”, de 1978, no qual Santos apresentou suas “lições de método para a construção de uma teoria da Geografia”. Com isso, foi nesse livro que Santos demonstrou insatisfações com a geografia regional clássica, certamente influenciado pelo advento das modernizações dos países subdesenvolvidos, variável que se tornou central nas suas reflexões sobre o processo de urbanização desses países (GRIMM, 2011a, p. 87; p.136). Logicamente, Santos buscava um método que superasse a clássica geografia francesa feita no Brasil.

Desse modo, Santos questionou se a noção vigente de espaço estava correspondendo à realidade de seu tempo, ou seja, ao desenrolar histórico da sociedade. Portanto, discutiu as categorias de “espaço geográfico/real/concreto” e “espaço econômico/abstrato”. Para ele, o espaço geográfico são os fixos, as “rugosidades”, próximo daquilo que se entende como paisagem; o espaço econômico são os fluxos, e está próximo da noção de escala, que podem variar pela observação, mas, está mais próxima da explicação (SANTOS, 2009, p. 69-74).

Dessa maneira, Santos coloca a discussão da diferença entre espaço econômico/abstrato e espaço geográfico/concreto, apoiando-se na definição do dicionário geográfico de Kayser (1970), para ilustrar o porquê pontuou as diferenças:

É a isto que os geógrafos chamam “espaço concreto”, como para opô-lo ao dos economistas, considerado “espaço abstrato”. Ora, se “o espaço econômico não é o espaço concreto preenchido pelas relações econômicas”, parece natural que os geógrafos reivindiquem o estudo dessa forma de espaço, como ainda nos indica Bernard Kayser, para quem o problema, aliás, não pode ser evocado senão nos seus termos reais, porquanto, diz ele, “a confluência estrutural dos fenômenos econômicos e sociais não permite, por outro lado, distinguir vários tipos de espaço concreto” (SANTOS, 2009, p. 72).

Adiante ao trabalhar com os fluxos e as “rugosidades” demonstrou que:

(...) é inútil procurar uma realidade “espaço geográfico” que seja oposta a uma realidade “espaço econômico” fora raros recônditos do planeta que não são ainda quadro de uma atividade econômica. De fato, o que alguns chamam de quadro

tem também uma função ativa. O quadro em si mesmo não é fixo. Com efeito, não é ele apenas o lugar da ação, já que dela participa segundo diversos dinamismos. O mesmo ocorre quanto aos fluxos. Estes não percorrem o espaço como corpos estranhos. Sua autonomia é limitada pelas diferentes formas de combinação, às quais eles são obrigados a adaptar-se para poder inserir-se numa base geográfica concreta. Na realidade, os responsáveis por novos refluxos, no seio dos quais facilitam ou tornam difíceis acumulações ou empobrecimentos (SANTOS, 2009, p.73).

As críticas advindas de Milton Santos corresponderam à concepção de estrutura inserida pela abordagem dos polos de desenvolvimento na economia espacial e que privilegiava apenas a estruturas econômicas. No entanto, o que Santos defendia era a consideração da estrutura espacial, que se compõe pelas estruturas econômicas, geográficas, sociais e políticas. Pois, apenas uma abordagem que considerasse as inter-relações existentes entre tais estruturas espaciais responderiam ao planejamento espacial dos países subdesenvolvidos, permitindo apreender os diferentes tempos de transformação estrutural, que no caso do espaço ocorre lentamente.

Isso fica mais específico quando Santos explicou a dissociação entre espaço agrário e espaço urbano. Logo:

Essa subdivisão é apenas aparente, desde que a apreendamos bem. Manifesta-se ela concretamente na paisagem em que se integra, mas sempre há uma outra integração, cujo nível pode não ser forçosamente o nível elementar. O âmbito dessa integração pode ultrapassar – e muitas vezes ultrapassa – o quadro do espaço-paisagem, para se colocar ao nível de outra região ou de uma cidade mais importante, próxima ou distante (SANTOS, 2009, p. 76).

Com isso, o que Santos mostrou é que “espaço-paisagem” o qual se apresenta como concreto (materialidade) do nosso entorno, cuja percepção é imediata, não representa a totalidade que significa o espaço geográfico. Neste sentido, para abarcar esta totalidade deve-se incluir os fluxos – por exemplo, a abstração dos espaços econômicos – que são as variáveis cada vez mais importantes no movimento contraditório do desenvolvimento histórico da sociedade e sua expressão na paisagem.

Por exemplo, a noção de paisagem urbana ou rural não se confunde com o espaço total, pois ela representa apenas aquilo que conseguimos apreender com a observação imediata, por isso tende a nos confundir. Entretanto, para não correr tal risco, o que era importante entender, de acordo com Milton Santos, são as relações sociais que

se estabelecem entre as diferentes formas possíveis de paisagem, e quais objetivos elas atendem. Em outras palavras, o que se deve apreender são as funções e os conteúdos das diversas formas aparentes na paisagem. Para daí, talvez, não cair numa abordagem deformada da realidade concreta.

Milton Santos, portanto, já lançava na sua economia espacial a concepção de estruturas espaciais como proposta de superação da controvérsia do espaço (objeto de planejamento). Em tal proposta abordou os elementos fundamentais para pensar uma política de planejamento espacial eficaz, na qual a população fosse considerada em modelos econômicos adequados, que por sua vez, dependem dos objetivos da conjuntura política e social (dado político) para serem aplicados.

Mas, foi no seu clássico<sup>22</sup>: “*Por uma Geografia Nova*”, de 1978, que Santos sustentou sua proposta de estrutura espacial, ou melhor, do espaço organizado. Assim a ideia de totalidade se torna central e marca sua “sistematização de uma proposta teórica para a disciplina” (GRIMM, 2011a, p.145; 2011b, p.177). Assim dialogou com os estruturalistas – os quais entendem a sociedade como sistema, estrutura, ou seja, como totalidade – e denunciou:

Os que consideram a sociedade como um sistema ou uma estrutura (ou mesmo como uma totalidade) quando tratam de definir-lhes as instâncias excluem o espaço. Nesse particular, e por mais incrível que pareça, teóricos marxistas fazem boa companhia aos pensadores “burgueses” (SANTOS, 2008b, p. 177 aspas do autor).

A falta de consideração da instância do espaço na análise social em seu movimento desigual e combinado demonstrava, exatamente, por que “o espaço deveria ser, mas não é, considerado em primeiro plano em qualquer esquema analítico, pois a “estrutura espacial” não evolui no mesmo ritmo, nem na mesma direção que as demais instâncias da sociedade” (SANTOS, 2008b, p.179-180). As instâncias aceitas entre os cientistas sociais, próximos a corrente estruturalista, seriam as econômicas, as ideológico-culturais, as sociais e as políticas. Portanto, ocorre uma ausência do espaço.

Nesse sentido não apontamos que Santos buscou encontrar o espaço na análise desses autores. O que acreditamos é que seu objetivo foi, na realidade,

---

<sup>22</sup> Lobato (2011, p.159) atribuiu à referida obra como um dos clássicos de Santos e da geografia brasileira, porque “[rompeu] com as perspectivas tradicionais e da geografia teórico-quantitativa. [E] é o marco inicial de uma geografia crítica, com reflexões sobre o espaço e as relações com a sociedade”. In: Quem são os Clássicos da Geografia Brasileira? E Por Que Lê-los? Entrevista com o Prof. Dr. Roberto Lobato Azevedo Corrêa. **Espaço Aberto**, PPGG - UFRJ, V. 1, N.1, p. 155-160, 2011. Disponível em:<<  
<http://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2039/1806>>>, acessado em: 22/06/2015.

demonstrar como o espaço geográfico se tornara global (total). Pois, da mesma forma que os grandes monopólios e oligopólios se tornaram globais num mundo que se modernizou com o avanço da técnica e da ciência (com a revolução dos transportes e das comunicações) logo após guerra, o espaço só poderia ser apreendido a partir de então como instância social. E para Santos a geografia estava incumbida dessa tarefa.

Assim, para o geógrafo brasileiro não havia dúvida, a geografia se confirmava entre as ciências sociais. Talvez, seu diálogo com o estruturalismo o permitia defender isso. Mas, por ora, o que se pode dizer sobre o tal movimento intelectual estruturalista<sup>23</sup> é que ele foi responsável por influenciar gerações de intelectuais, sobretudo na França pós-1945. Ademais, representou as importantes transformações ocorridas nas ciências sociais no decorrer da segunda metade do século XX.

Dito isto, e apesar de já estar implícito no “*Por uma Geografia Nova*”, foi no livro “*Pensando o Espaço do Homem*”, de 1982, que a totalidade apareceu na obra de Santos como componente do método geográfico (ELIAS, 2002). Nesse trabalho o espaço aparece como total (global). E, suas categorias de análise são: forma, estrutura e função, todas constituinte da totalidade em movimento (SANTOS, 2012, p. 56), portanto, devem ser apreendidas em conjunto porque:

Ao separar-se estrutura e função chega-se ou a um estruturalismo ahistórico e formal ou a um funcionalismo pioneiro do caráter conservador de toda instituição, com que se abandona o problema da transformação. Se se considera apenas a forma, cai-se no empirismo (SANTOS, 2012, p. 55).

Com o exposto, já temos alguns pressupostos da proposta miltoniana de teoria e método. Porém, o que se observa é que embora a noção de totalidade fosse defendida por Santos como tempo e história, entendidos como processo, ele ainda não a tinha definido como categoria da sua análise do espaço. Portanto, para Santos, a variável tempo como processo e mudança foi complementada com a publicação do livro “*Espaço e Método*”, de 1985 (ELIAS, 2002).

Neste livro, Santos apresentou claramente as quatro categorias do seu método geográfico: a estrutura, o processo, a função e a forma<sup>24</sup>. Os elementos fundamentais para compreensão da produção do espaço, além de defini-lo em relação à sociedade (SANTOS, [1985] 2012, p.67-77). Depois “desse momento, a internalização

---

<sup>23</sup> Ver: DOSSE, François. **História do Estruturalismo** (1992), publicado em II tomos.

<sup>24</sup> Santos (2012, p. 69) definiu sinteticamente: Processo (tempo e mudança); Forma (aspectos visíveis das coisas); Função (atividade de uma forma) e; Estrutura (todas partes de um todo).

dessas categorias foi uma aspecto importante em suas reflexões teóricas” (GRIMM, 2011a, p.157).

Como o espaço se tornou global e se confirmava como instância social, Santos não negou, pois, sua crítica, inclusive, aos que buscavam transformar a sociedade, mas não consideravam o espaço como instância:

Todavia, dentre os que teorizam sobre a mudança da ordem social, muitos não admitem a necessidade de dar ao espaço um lugar filosófico e político privilegiado na óptica de transição. Trata-se, principalmente, daqueles que prezam a hipótese de um espaço “reflexo”, ou mesmo, de um simples “suporte” da vida social (SANTOS, 2012, p. 74).

Destacamos, também, que a preocupação de Santos foi pela ênfase dada às estruturas econômicas, comum em François Perroux e entre os que usaram sua teoria, principalmente aquela de espaço econômico. Pois, para o geógrafo brasileiro, as ditas estruturas econômicas só se sustentam porque se relacionam com as outras estruturas da sociedade. Assim, ao voltar-se apenas para o espaço das grandes empresas na elaboração teórica “o resultado natural é uma teoria aristocrática e discriminatória, porque a população quase não é levada em conta” (SANTOS, 2014, p. 167). Portanto, deve-se:

(...) conceber o espaço como um todo e não como um espaço aristocrático onde os fluxos estudados são unicamente aqueles das grandes empresas e população burguesa. Isto produziria uma verdadeira Geografia da pobreza, uma Geografia onde riqueza e pobreza não fossem tratadas como entidades separadas, mas como partes complementares de uma só realidade (SANTOS, [1980], 2015, p.168).

Como mostramos Santos trabalhou com a noção de estruturas espaciais entendendo-as como totalidade espacial. Posição diferente da de intelectuais como Castells e Harvey, quando os dois atribuíram apenas ao sistema urbano a interpretação de estrutura social. Esse equívoco forneceria os elementos para entender o que Santos defendeu como totalidade na sua proposta de espaço social. Pois:

O problema colocado por ambos [Harvey e Castells] é na realidade, bem mais amplo: pois não é o espaço urbano que se constitui em estrutura social, mas o espaço humano tomado em seu conjunto. Isso nos obriga a um outro exercício metodológico e teórico fundamental, o de apontar qual o lugar real que tem o espaço humano na sociedade global, ou ainda melhor, na formação econômica e

social (SANTOS, 2008b, p.180).

Novamente, Santos alertava para o equívoco da análise geográfica que se atentavam apenas à paisagem em seus estudos. Já que essa observação não permite desvendar as relações de forças que conjuntamente representam a totalidade espacial. “Isso significa que da mesma maneira que o espaço é determinado pelas demais instâncias, ele as determina; como instância ele contém e é contido pelas demais” (GRIMM, 2011a, 148-149). Nesse sentido, a estrutura espacial, ou seja, o espaço organizado pelo homem é como todas as estruturas sociais: subordinada – subordinante (SANTOS, 2008b, p. 181).

A totalidade na análise miltoniana ficou evidente quando ele trabalhou com a noção de formação econômica e social. Conceito marxista que ele desdobrou como formação socioespacial, portanto, o interesse fundamental dos estudos geográficos deve ser na escala do Estado-Nação (SANTOS, 2015, p.168). Para assim tornar o conhecimento produzido na geografia propositivo e não apenas crítico. Porque:

(...) podemos afirmar, sem dúvida, que tratou-se de um momento central em seus diálogos com a economia política, efetivado a partir da internalização da categoria marxista de formação econômico social. A ideia de formação social elaborada por Marx e posteriormente trabalhada por Lênin. Tempos depois, durante as décadas de 1960 e 1970, a categoria – junto à de modo de produção – voltou a ser debatida por vários intelectuais, dentre os quais podemos citar Emilio Sereni [1970] (GRIMM, 2011a, p.159).

Milton Santos interpretou o espaço organizado como a existência de formas preexistentes como condição e condicionante das novas formas. Ele partia da ideia de que a evolução das estruturas espaciais ocorre de forma lenta e não acompanha as transformações das outras estruturas sociais. Por isso, qualquer mudança no modo de produção, os modos anteriores permanecem e se adaptam ou não as exigências mais novas e modernas (SANTOS, 2008b, p.68).

De fato, o espaço não pode ser apenas um reflexo do modo de produção porque é a memória de modos de produção do passado. (...) Um modo de produção novo, ou um novo momento de um mesmo modo de produção, não pode fazer *tabula rasa* das condições espaciais preexistentes (SANTOS, 2008b, p. 181-182).

Grimm (2011a, p.160) mostrou que Santos trabalhava com o conceito de

modos de produção próximo do pressuposto de Althusser (1967), para quem existiam conceitos teóricos e conceitos empíricos. De maneira resumida, modo de produção se refere como conceito teórico, por exemplo: modo de produção capitalista em geral, que não é um objeto existente no sentido restrito, mas, igualmente, importante para o conhecimento da formação social sob tal denominação.<sup>25</sup>

Portanto:

(...) modo de produção seria uma espécie de modelo geral de explicação do funcionamento das sociedades, ou seja, uma variável universal. Enquanto a formação social seria seu aspecto particular, ou ainda a síntese do processo histórico de concreção de determinado modo de produção em uma determinada sociedade – ou país se preferirmos (PEDROSA, 2013, p.199).

Nesse sentido, o espaço é “um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares” (SANTOS, 2008, p. 153). Portanto, uma interpretação contrária a dos economistas do espaço – perrouxiano – que acostumaram trabalhar o espaço como base material ou quadro passivo e reflexo das relações econômicas.

De fato, o que Santos priorizou foi uma análise do espaço geográfico que rompesse com a ideia de espaço apenas como condição passiva e/ou reflexo das relações da sociedade. Pois, tanto a noção sustentada por Leibniz “de um espaço enquanto sistema de ações”, quanto de François Perroux de espaço como “campo de forças” contribuíram para a inserção da noção de relatividade de Einstein, o que exigiria a formulação de novos termos (SANTOS, 2008b, p.160).

Deste modo, Grimm (2011a, p.119; 2011b, p.167; 177) demonstrou que Milton Santos visitou várias fontes intelectuais das ciências e da filosofia para formular sua proposta do espaço geográfico. Dentre estas fontes, o que se destacou no período aqui trabalhado, foi a aproximação de Santos com a epistemologia científica e o diálogo com o marxismo e o estruturalismo.

---

<sup>25</sup> “os conceitos teóricos (em sentido estrito) dizem respeito às determinações ou objetos abstratos-formais. Os conceitos empíricos dizem respeito às determinações da singularidade dos objetos concretos. (...) modo de produção é um conceito teórico, e que se refere ao modo de produção em geral, que não é um objeto existente no sentido estrito, mas que é indispensável para o conhecimento de toda a formação social, dado que toda formação social é estruturada pela combinação de vários modos de produção” (ALTHUSSER, 1967, pp. 55-56 apud GRIMM, 2011a, p.160).



Contudo, a crítica miltoniana se estrutura no equívoco da ênfase dada ao econômico no planejamento espacial capitalista, pois segundo o geógrafo:

O espaço organizado não pode ser jamais considerado como uma estrutura social dependendo unicamente da economia. Se esse pudesse ter sido o caso em situações do passado, nos dias de hoje [1978] é mais que evidente o fato de que outras influências interferem nas modificações da estrutura espacial. O dado político, por exemplo, possui um papel motor. Um exemplo: quando o Estado toma a decisão de reordenar o território para melhor assegurar sua soberania. As preocupações com a segurança, que constituem uma doutrina, enquadram-se na mesma dimensão (SANTOS, 2008b, p. 184-185).

Neste sentido, a especificidade do espaço organizado de Milton Santos, como forma de condição e resultado dos processos sociais se sustentam, segundo ele, porque: “a estrutura espacial não é passiva mas ativa, embora sua autonomia seja relativa, como acontece às demais estruturas sociais” (SANTOS, 2008b, p.185). Pois: “estrutura social como as demais instâncias da sociedade, o espaço dispõe, também, de um certo número de características particulares que fazem dele algo diferente no conjunto das instâncias sociais” (idem, p.190).

Assim, nesse processo de construção teórica Santos levantou suas ideias em muitos trabalhos até conformar sua teoria d’*O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*, de 1979, proposta que considerou como uma “teoria do desenvolvimento econômico em sua dimensão espacial” (SANTOS, [1979] 2008a, p. 26). Esse trabalho, pra Elias (2002) pode ser considerado o exemplo maior e mais significativo de tal face de seus estudos. Note-se que a teoria dos dois circuitos econômicos será constante em seu pensamento e perpassará toda sua construção teórica, cujo esforço foi de explicar o movimento do espaço (SANTOS, 1991, p. 95), sobretudo no mundo pobre.

Portanto Santos (1991, p.9) escreveu que de “alguma forma” continuava com sua proposta defendida em *Por uma Geografia Nova* (SANTOS, 1991, p.9) no seu trabalho de síntese posterior: *Metamorfoses do Espaço Habitado*, de 1988. Nesse livro o autor se propõe a continuar pelo caminho analítico da geografia crítica. Sendo assim, Santos reforçou “os conceitos de fixos e fluxos no estudo do movimento das contradições do espaço geográfico” (ELIAS, 2002). O que ajuda ilustrar sua diferenciação das noções de espaço econômico e de espaço geográfico. De modo que:

O espaço econômico é um conjunto de pontos e de fluxos entre eles, enquanto o espaço geográfico é o espaço banal. Mas ambos são indistinguíveis, pois os fixos provocam fluxos em função de seus dados técnicos, que são geralmente locais, mas, também, em função dos dados políticos. Os fixos, como instrumentos de trabalho, criam massas. Mas não basta criar massas, impõe-se fazer com que se movam. E a capacidade de mobilizar uma massa no espaço é dada exatamente pelo poder econômico, político ou social, poder que por isso é maior ou menor segundo as firmas, as instituições e os homens em ação (SANTOS, 1991, p. 78).

Como exposto, Santos em sua proposta de espaço geográfico também trabalhou com a compreensão de espaço banal<sup>26</sup>, como o lugar onde todos os elementos do espaço<sup>27</sup> coexistem. Ainda cabe apontar, que categorias internas da geografia foram revistas pelo geógrafo brasileiro no “*Metamorfoses do Espaço Habitado*”, entre elas estão: região e paisagem. Ademais, Santos apresentou nesse livro o conceito de configuração territorial<sup>28</sup>.

Assim sendo, apesar de Milton Santos criticar o conceito de espaço econômico (relações de forças), como o conexo na teoria dos polos de desenvolvimento de François Perroux, não deixou de reconhecer a contribuição da teoria perrouxiana, por ela destacar o aspecto estrutural da dominação econômica existente no sistema capitalista, sobretudo, na sua fase monopolista/oligopolista. Por certo, Santos discordou da reificação do espaço geográfico/concreto, assim, negou a noção perrouxiana, porque esta considerava o espaço geográfico apenas como ponto estratégico à atividade motriz do desenvolvimento e crescimento econômico no capitalismo.

Ora, então, de acordo com Milton Santos, a teoria perrouxiana não considerava a dinâmica resultante de um processo de localização industrial como um todo. Quando em conjunto resulta na mudança dos meios de produção modernos, de força de trabalho qualificada demandada, além das condições necessárias para manter sua reprodução e mobilidade. Aliás, contribuem na intensificação de velhas e novas

---

<sup>26</sup> A noção de espaço banal também é encontrada em Jean Gottman e François Perroux também usa este conceito.

<sup>27</sup> Tais elementos para Santos (1985, p.16), são: “... os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infraestruturas”.

<sup>28</sup> Na realidade esta ideia de Milton Santos foi apresentada no artigo copioso: “A geografia no fim do século XX: a redescoberta e a remodelagem do planeta e os novos papéis de uma disciplina ameaçada”, de 1984. Versão publicada na Revista Geonordeste, mas teve outras publicações: em inglês, publicado no *International Social Science Journal* (1984); em francês, na *Revue Internationale des Sciences Sociales* (1984); em espanhol, na *Revista Internacional de Ciencias Sociales* (1984); outra versão em português na Revista Brasileira de Tecnologia de Brasília (1984). Além, de serem os textos que formam os capítulos 1 e 2 do livro *Metamorfoses do Espaço Habitado* (1988). Mais tarde será publicado novamente em espanhol no livro: *Geografía por venir. Cuestiones, opiniones, debates* [1997]” (GRIMM, 2011, p.169).

desigualdades regionais e entre classes sociais. Pois, chegam aos lugares carregados de novas formas e conteúdo de produção e trabalho. Reestruturando, portanto, as forças produtivas regionais e reorganizando-as pelo espaço nacional de acordo com as demandas de uma economia internacional.

Indubitavelmente, o problema consiste porque: “o espaço do Terceiro Mundo se caracteriza principalmente pelo fato de ser organizado e reorganizado, o mais das vezes em escala global, em função de interesses distantes”. De modo que, a difusão da polarização espacial não acontece de maneira uniforme e seus impactos são apenas localizados (SANTOS, 2014, p.171), por isso, que o desenvolvimento econômico e social não repercute por toda totalidade do espaço social.

Dito isto, é bom lembrar que tanto economistas quanto geógrafos se questionaram se a teoria dos polos não serviu apenas de cortina ideológica para ocultar a verdadeira inserção e integração de nossos espaços ao sistema dominante. (BOMFIM, 2007, p.194; CORAGGIO, 1972, p.11).

Desta inquietude, a aplicação da teoria dos polos de desenvolvimento nos países subdesenvolvidos permitiu duvidar se o espaço pode ser descrito indiscriminadamente nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Alguns “planejadores do espaço” acreditam que sim e partem da premissa de que esses países (Terceiro Mundo) conformam um “mundo em desenvolvimento”, em trânsito para o que são os países desenvolvidos. Isso significa que “um coisismo dessa natureza não toma na devida consideração o dinamismo próprio de uma dada estrutura e, portanto, da forma correspondente” (SANTOS, 2012, p.75).

Então, pensar em tal trajetória seria inadequado porque não se “trata de um mundo em desenvolvimento”, mas, de países subdesenvolvidos que possuem uma natureza única de seu desenvolvimento comparando com os países desenvolvidos, o que se expressa na sua organização econômica, societária e espacial (SANTOS, 2014, p.170; 2008 p. 19). Portanto, para Santos (2014, p.178) a concentração seletiva e cumulativa da produção moderna e a difusão generalizada do empobrecimento caracterizava todo o Terceiro Mundo.

Mas mesmo que Milton Santos buscasse a superação dos mestres franceses não lhe escapou o referencial da geografia ativa. Por exemplo, quando ele usou da noção de “situação” para exemplificar a especificidade do espaço abordado através do processo histórico (movimento de contrários), que há por detrás da paisagem (fotografia) e que constituem a dialética espacial criadora. Porque de:

(...) uma situação se sucedem outras, a situação representa uma instabilidade. Por trás da fotografia de uma situação há o movimento. O processo é a própria história, o movimento, a luta entre contrários, contrários que se chocam e criam uma nova realidade (SANTOS, 1991, p.96).

Essa noção de “situação” não parece ser diferente dos postulados da geografia ativa. Por exemplo, na definição de região de Kayser (1980, p. 280), quando para ele “essa porção do espaço, à luz do estudo, ele [o geógrafo] define como uma “situação”, isto é, como resultado de um equilíbrio das forças em que o peso do passado desempenha um papel considerável”. Nota-se a ênfase nas condições preexistentes (“peso do passado”) e seu papel “considerável” no desenrolar histórico.

Como visto, Milton Santos defendeu que espaço econômico e espaço geográfico não deviam ser explicados separadamente. Pois, ao separá-los se justificam as estruturas de dominação propulsoras de desigualdades espaciais, ou melhor, socioespaciais. Esse método para Santos privilegiava e contribuía mais às ações das grandes firmas modernas, que se transnacionalizaram na segunda metade do século XX. O que ampliou o processo de superacumulação de capital e inseriu economias nacionais na dinâmica do mercado internacionalizado (BOMFIM, 2007, p.344).

Para Santos (2014, p11) a recepção das teorias da polarização espacial se deu ao se estruturar nos países subdesenvolvidos na técnica do planejamento, encontrando terreno fértil, “praticamente vazio”, pois, não havia referências. E, foi pelo tempo ou falta de experiência empírica contrária, que se aceitou “que tais teorias eram válidas”. Assim, Santos as criticou porque “mais recentemente [1978] nos aparecem como o instrumento privilegiado da difusão do capital, tanto para agravar o subdesenvolvimento como para manter a estrutura de classes e assegurar a expansão da pobreza”.

Com efeito, a maior preocupação de Santos, (2014, p.11) foi pela urgência de criar “alternativas válidas, fundadas na especificidade dos nossos países e preocupadas em atribuir a maioria das populações interessadas os bens, serviços e valores que restituam a cada homem a possibilidade de viver dignamente”.

De acordo com os elementos levantados, as construções teórico-conceitual e metodológica voltadas ao planejamento econômico e social, logo pós-guerra, foram orientados com maior ênfase para o espaço econômico e, por isso, as formulações dos polos de desenvolvimento se voltaram para “o espaço de alguns poucos e não com o espaço de todos”. Aliás, para Santos (2014, p. 167) esta distinção dificultou a “identificação da hierarquia de forças que atuam sobre o espaço”. Porque “a ideia de organização é inseparável da de tomada de decisões e dominação”, portanto, a dicotomia

entre “espaço econômico” e “espaço geográfico” constituiu, para ele, um obstáculo a análise espacial.

Todavia, o que se destacou na crítica miltoniana é a aproximação com o pensamento marxista, que vai do uso abundante dos conceitos num primeiro momento, para depois usá-los com menor frequência. Ao menos de forma explícita, como encontramos nas décadas de 60 e 70. Processo que o próprio geógrafo explicou quando respondeu sobre suas referências na construção de seu método e teoria, sendo:

Entre os estrangeiros, Pierre George, que é outro marxista [mas] que não cita Marx, o que aliás é um pouco o método que adotei recentemente [2000] – quer dizer não menciona Marx, embora esteja implicitamente presente. Pierre George foi uma grande influência. Fazia grandes livros, difíceis. E houve outros como Michel Rochefort (SANTOS, 2000, p.93) <sup>29</sup>.

O último, Rochefort, parece que também optava por não revelar suas referências marxistas (PEDROSA, 2013, p. 149). Assim podemos lembrar a referência de Santos na geografia ativa, escola que entre suas específicas características de método, podemos destacar um certo “marxismo tímido” (BOMFIM, 2007, p. 347).

Como já identificamos Santos tem sua contribuição na corrente da geografia crítica em pleno momento de ebulição teórica do pensamento geográfico. O campo da geografia passou por uma conjuntura de insatisfações com a geografia de insígnia clássica e de ascensão dos modelos matemáticos da “*new geography*”. E foi nesse contexto intelectual, que não se pode negar o papel de Santos como um geógrafo expoente entre aqueles que contribuíram para o fortalecimento de uma geografia crítica dentro e fora do Brasil. Portanto, como Mattson (1978) escreveu, em plena ascensão do movimento: o “geógrafo brasileiro é um dos geógrafos radicais mais prolíficos...”.

Em síntese, para Milton Santos o planejamento espacial no mundo subdesenvolvido dependia da estrutura em sua totalidade (a sociedade) e suas diferentes funções dadas às formas (novas ou herdadas), mais o processo (tempo e mudança), o que permite na análise geográfica trabalhar com o conceito de espaço social, sinônimo de totalidade social. Dessa ótica se destacam as condições preexistentes e as novas que contribuem na explicação da realidade social e, por conseguinte, seriam as bases do método geográfico propositivo no âmbito da organização espacial.

---

<sup>29</sup> in: Território e Sociedade entrevista com Milton Santos, 2009, p. 93.

Percebemos, também, que ao criticar a noção de espaço econômico, através do rigor na análise da categoria espaço geográfico. Logicamente, Milton Santos direcionava sua crítica ao planejamento – revestido do ideário de desenvolvimento econômico e social – dos países subdesenvolvidos no decorrer da segunda metade do século passado. Contexto ideal para o planejamento portar-se como instrumento técnico e científico e abusar da ideia de distribuir o capital internacionalizado pelo mundo.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta releitura de alguns conceitos importantes para o campo da geografia, esperamos contribuir para a história do pensamento geográfico. Desse modo, demonstramos que as construções de ideologias geográficas interferiram na produção do espaço nacional, como visto na segunda metade do século passado no Brasil.

Neste caso, procuramos mostrar como que a partir de um entendimento do conceito de “espaço” se refletiu na forma de pensá-lo e organizá-lo na realidade. Por exemplo, no caso brasileiro, levantamos a maneira como geógrafos (e outros profissionais) teorizaram e interpretaram o espaço para o planejamento de políticas públicas do período aqui em voga. Ao exemplo disso resultaram as regiões que dividem o território nacional, além, de todo o subsídio às políticas territoriais utilizadas para “organizar/planejar” o território brasileiro de acordo com um projeto específico de sociedade. Isto, nos ajuda, então, compreender um pouco mais da formação socioespacial brasileira.

Como visto, a teoria dos polos foi usada como base metodológica dos estudos dos geógrafos para a atualização e levantamento dos aspectos físicos, econômico-sociais, cartográficos, estatísticos e etc. auxiliando e subsidiando as políticas públicas de planejamento. No entanto, como brevemente mostramos a recepção da teoria não foi homogênea (nem no IBGE), por isso, identificamos quais foram as vozes dissonantes dentro da geografia brasileira.

Contudo, no que se refere a história do pensamento geográfico brasileiro, o que se observou, foi que, em certa medida, os geógrafos “ibgeanos” e o conhecimento geográfico produzido por eles se tornava cada vez mais paradigmático ligado ao Estado. Já por outro lado, existiu, também, o deslocamento da reflexão epistemológica da disciplina para as Universidades, propondo outros pontos de vista e críticas ao Estado e ao capitalismo.

Ou seja, apreendemos um momento, do movimento histórico da sociedade, em que ocorreram as controvérsias a respeito da noção de espaço e a conseqüente crítica dirigida à teoria dos polos e sua aplicação na organização espacial. Assim, interpretamos que as diferenças políticas, teórico-conceituais e metodológicas na interpretação do espaço para o planejamento e desenvolvimento regional foram uma fagulha para fortalecer o movimento da geografia crítica no Brasil.

Desse modo, sabemos que nos trabalhos de Milton Santos identifica-se uma reflexão sobre todo o escopo da geografia, entretanto, destacamos quando ele se

contrapôs a noção de espaço abstrato topológico perrouxiano, porque este anulava o espaço geográfico/concreto ou o tinha apenas como ponto e intersecção entre as circulações existentes na noção de dito espaço econômico. Sua defesa, então, foi pela noção de totalidade do espaço geográfico – concreto e social. Assim, de acordo com Santos, uma análise propositiva deve considerar as estruturas espaciais, é dizer, abarcando as estruturas econômicas, político-sociais e geográficas.

Dessa maneira, trabalhamos com o segundo período da trajetória intelectual de Milton Santos, que ficou marcada como a fase de maior engajamento político, de aproximação com marxismo e crítico do planejamento espacial realizado no Terceiro Mundo. Nesse percurso, mostramos alguns dos seus principais trabalhos que afirmaram a indissociabilidade do espaço geográfico para um planejamento de acordo com a realidade concreta da sociedade. Com isso, podemos dizer que nesse período o geógrafo já apresentava as bases de seus pares dialéticos para o estudo do espaço geográfico, entendido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações.

Decerto, podemos afirmar que Milton Santos, em seu esforço de teorizar o espaço, contribuiu para que os geógrafos não se convencessem do utilitarismo e pragmatismo do conhecimento geográfico, é dizer, da geografia.

No entanto, não acreditamos que a aproximação de Milton Santos com o marxismo tenha sido apenas por preocupações teóricas, como exposto. Mesmo porque, Santos explicou – na introdução do livro “Economia Espacial” – que tal adesão, ocorrera muito mais pela sua práxis pessoal, quando sua aproximação evoluiu de acordo com o processo do contato com as desigualdades socioespaciais do mundo por ele visitado. Entretanto, nos deparamos com uma flutuação filosófica e epistemológica na obra de Santos e em sua contribuição para o método da geografia no estabelecimento do seu objeto de estudo: o espaço geográfico visto através das relações históricas e contraditórias da sociedade. Neste sentido, ainda restam maiores explorações da sua proposta epistemológica.

Contudo, num contexto geral, podemos dizer que com a expansão das modernizações no pós-guerra o Brasil foi a reboque. O pensamento geográfico viu então a chance de ajudá-lo, para isso, buscou os mais novos instrumentos de organização espacial, por exemplo, a teoria econômica dos polos de desenvolvimento. Entretanto, nos pareceu que a teoria da polarização espacial serviu ao governo autoritário, o qual precisava sustentar seu caráter técnico e neutro para alavancar seu projeto de modernização e desenvolvimento da “nação” que se via como emergente à potência



econômica.

Neste sentido, também serve para compreender a evolução histórica da concepção de espaço geográfico no campo da geografia. Assim, espera-se que os elementos levantados contribuam na interpretação dos conceitos trabalhados aqui, na busca de uma análise geográfica atenta ao movimento histórico e contraditório da sociedade. Do qual seus pensadores não estão isolados.

Já a teoria dos polos de desenvolvimento, por contribuir na modificação de categorias da geografia, repercutiu na própria forma de projeção do território nacional. Uma vez que fez parte da formação dos próprios geógrafos que atuavam nos escalões do planejamento brasileiro. Assim, a contribuição veio na medida em que essa teoria abarcou a noção de espaço abstrato que se estabelece das relações entre grandes indústrias – conglomerados de capital – que nada mais são do que as trocas técnicas e organizacionais, hierarquizadas de acordo com a força de dominação dentro da estrutura das relações econômicas.

Desse modo, para François Perroux a indústria moderna com a maior capacidade de inovação que proporcionasse atividade econômica favorável a seu produto, exerceria força motriz sobre outras. Neste raciocínio, as inovações ocorrerem tanto na forma quanto no conteúdo dos meios de produção e na dinamização da força de trabalho. Portanto, a escala de análise deve apreender os fluxos de comunicação e informação (normas, ordens, etc.), que são o gerenciamento das relações de produção e trabalho das grandes indústrias, que se transnacionalizavam no modo de produção capitalista. Com isso, a escala abarcada por Perroux ia além das fronteiras do Estado nacional e apreendia a organização industrial na sua forma monopolística e oligopolística – as grandes empresas multinacionais.

De modo geral a teoria dos polos de desenvolvimento pode ser interpretada como a noção de uma indústria motriz que pode estar instalada em um país e possuir suas indústrias movidas espalhadas pelo mundo todo. Das relações que ocorrem entre esta organização conformam o espaço econômico, e caso ele ganhe força suficiente no mercado, gera o desenvolvimento econômico nas “unidades territoriais organizadas politicamente” – Estado nação.

Entretanto, tiveram as elucubrações que a traduziram para uma escala interestatal de dominância, identificando os polos internos da nação para proverem as polarizações devidas em seu espaço econômico interno. Nesta ideia, o caso do Brasil, como foi visto, é exemplar dessa busca de encontrar os polos e/ou induzi-los. Mas como sabemos, as indústrias movidas que se estalaram no território nacional (filiais de

multinacionais em grande parte) não possuem força motriz como já ensinava a teoria perrouxiana. Isso porque, não são capazes de inovar e por deixarem apenas um pouco do excedente da produção internamente, escoando-o para as indústrias motrizes ou seus polos.

Porém a teoria dos polos, também, serviu como base teórico-conceitual e metodológica aos estudos sobre o espaço nacional brasileiro e, portanto, subsidiou a ideologia desenvolvimentista e a modernização autoritária do território brasileiro. Talvez, pela teoria se apresentar como neutra, científica e coerente com as exigências das estratégias organizacionais de produção e de trabalho no capitalismo monopolista, que se intensificou no Brasil.

Como visto, o governo militar buscava estabelecer uma política de planejamento e desenvolvimento econômico e social, supostamente, neutra e científica, para auxiliar no processo de impulsionar e reorganizar a divisão territorial do trabalho do país em busca do progresso da nação e de transformar o Brasil em potência. Aliás, imaginário recorrente na história brasileira.

Com efeito, as transformações ocorridas na configuração territorial do país, no período em voga, formaram as bases da sociedade brasileira contemporânea. Pois, nesse momento ocorreu a intensificação dos grandes projetos e planos de infraestruturas para ampliar e integrar o espaço econômico nacional. Executando as construções de grandes hidrelétricas, aumentando as redes de comunicação (transporte e energia), a “ocupação” do “espaço vazio” da Amazônia, além de outros.

Com isso, a teoria perrouxiana justificava tais transformações, cabendo lembrar, que o núcleo da ideia era de que o desenvolvimento não ocorria em todo lugar e se propagava por vias específicas o que justificou, talvez, as ações necessárias à industrialização e a modernização, sendo os processos responsáveis por polarizar o crescimento econômico pelo espaço.

Nesta perspectiva, a incongruência de aplicar as teorias desenvolvidas para os países do centro do sistema no Terceiro Mundo foi vista nesta primeira pesquisa, porém, não apenas para negá-las, devido às rigorosas críticas, mas, para apreender melhor o porquê que a pretensão teórica não se realizou da maneira que se prometia. Além de mostrar como a teoria influenciou boa parte da *intelligentsia* geográfica brasileira.

Enfim, uma variável que aproximou a economia e a geografia no âmbito do planejamento e desenvolvimento regional no pós-guerra, o conceito de espaço econômico, também forneceu os elementos para aqueles que viram nela a ideologia que carregava. Estes economistas e geógrafos contrastaram os postulados da teoria

perrouxiana com as especificidades dos espaços subdesenvolvidos e a acusaram de não contribuir tanto quanto foi a sua difusão entre os planejadores do espaço. Milton Santos foi um desses divergentes da visão perrouxiana de espaço abstrato como campo das relações econômicas, pois, estava dedicado em propor uma geografia preocupada em contribuir na superação das desigualdades socioespaciais identificadas no mundo periférico.

## REFERÊNCIAS

AMSTRONG, Warwick. Crítica de la teoría de polos de desarrollo. **Revista EURE**, 1973, p. 113 – 123.

BOMFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. **A Ostentação Estatística: um projeto geopolítico para o território nacional- Estado e planejamento no período pós-64.** p.371. Tese de doutorado em Geografia, FFLCH-USP. 2013

\_\_\_\_\_, Paulo Roberto de Albuquerque. Teoria e prática do planejamento regional no IBGE na década de 1960. **Terrabrasilis**, [s.l.], n. 3, p.1-34, 11 set. 2014.

BOUDEVILLE, Jacques R. Desenvolvimento e planejamento regional. **Boletim geográfico**. Rio de Janeiro, 32 (237), 1973, p. 5-15.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobatto. **Geografia: Conceitos e Temas.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CLAVAL, Paul. Como construir a história da geografia? **Terrabrasilis**, [s.l.], n. 2, 24 jun. 2013, p.1-18.

CLAVAL, Paul. **História da Geografia.** Lisboa: Edições 70, 2006. 140 p.

CONTEL, Fabio Betioli. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942 1970 e 1990). **Terrabrasilis**, [s.l.], n. 3, set. 2014, p.1-18, 11.

CORAGGIO, José Luis. **Hacia una revisión de la teoría de los polos de desarrollo.** Versão revisada do artigo de mesmo título publicado em: EURE, II, num. 4, 1972.

DINIZ, Clério Compolina. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. **Nova Economia.** Belo Horizonte, 19 (2), 2009.

ELIAS, Denise. "Milton Santos: a construção da geografia cidadã". In: El ciudadano, la globalización y la geografía. Homenaje a Milton Santos. **Scripta Nova.** Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, Universidad de Barcelona, vol. VI, núm. 124, 30 de septiembre de 2002.

GEORGE, Pierre *et al.* **A Geografia Ativa.** 5. ed. São Paulo - Rio de Janeiro: Difel, 1980. 354 p..

GRIMM, Flávia. **Trajetórias epistemológicas: uma leitura a partir da centralidade da técnica, dos diálogos com a economia política e da cidadania como práxis.** p.p. 307. Tese de doutorado em Geografia, FFLCH-USP. 2011a

\_\_\_\_\_. Aspectos da produção teórica e da organização do arquivo de documentos do geógrafo Milton Santos. **Revista IEB**, São Paulo, n. 32, 2011b, p.154-182.

HANSEN, Niles M. **Teoria dos pólos de desenvolvimento em um contexto regional.** p.p. 143 – 160.in: FAISSOL, S. Urbanização e Regionalização: relações com o desenvolvimento economico. IBGE, 1975.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX 1914 - 1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 598 p.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 6. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. 316 p.

LASUEN, J. R. **A Respeito de polos de crescimento**. p.p. 111 – 141. In: FAISSOL, S. Urbanização e Regionalização: relações com o desenvolvimento econômico. IBGE, 1975.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. **RDE: Revista de desenvolvimento econômico**, Salvador, v. 2, jul. 2010, p.5-19.

\_\_\_\_\_, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. **Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

MATTSON, Kirk. **Una introduccion a la geografia radical**. GEOCritica, Barcelona, Año III. Número: 13, 1978.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: Pequena História Crítica**. 21. ed. São Paulo: Annablume, 2007. 149 p.

\_\_\_\_\_, Antonio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas: Espaço, Cultura e política no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Annablume, 2005. 156 p.

O'DONNELL, Guillermo. El Estado Burocrático-Autoritario. In: MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária. **La Teoría Social Latinoamericana textos escolhidos: Tomo III La centralidad del marxismo**. México, Df: Unam, 1995, p. 55-79.

PEDROSA, Breno Viotto. **A Geografia Crítica brasileira e o debate sobre ontologia do espaço: uma aproximação**. Revista Geografares, nº11, Junho, 2012, p.139-168.

\_\_\_\_\_, Breno Viotto. **Entre as ruínas do muro: a história da geografia crítica sob a ótica da ideia de estrutura**. p.p. 330. Tese de doutorado em Geografia, FFLCH-USP. 2013.

\_\_\_\_\_, Breno Viotto. **Pierre George, Um Ilustre Desconhecido**. GEOgraphia, Vol. 15, No 29, 2013.

PERROUX, François. **O conceito de polos de crescimento**. p. p. 99 – 110. In: FAISSOL, S. Urbanização e Regionalização: relações com o desenvolvimento econômico. IBGE, 1975.

ROCHEFORT, Michel. Um método de uma metrópole regional. **Boletim geográfico**, n. 198, 26, junh./maio, 1967, p. 11-15.

ROMO, H. G. **Francois Perroux: pionero olvidado de la economia del desarrollo**. Revista Mundo Siglo XXI. Volumen.3/n.11, 2008.

SAMPAIO, Mônica. A produção intelectual de Milton Santos vista através de sua trajetória espacial: uma interpretação. **Geographia: America do Norte**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 25, jan. 2011, p.18-44.

SANTOS, Milton. Geografia, marxismo e subdesenvolvimento. **Geosp: espaço e tempo**, São Paulo, v. 19, n. 1, 2015, p.166-172.

\_\_\_\_\_, Milton. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2014. 204 p.

\_\_\_\_\_, Milton. **Espaço e Método**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2012. 118 p.

\_\_\_\_\_, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos da Geografia**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1991. 124 p.

\_\_\_\_\_, Milton. **O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008a. 431 p.

\_\_\_\_\_, Milton. **O Trabalho do Geógrafo no terceiro Mundo**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2009. 133 p.

\_\_\_\_\_, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2012. 96 p.

\_\_\_\_\_, Milton. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008b. 284 p.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. Os avatares da teoria da difusão espacial: uma revisão teórica. **Revista brasileira de geografia**. Rio de Janeiro, v. 57, n. 1 jan./mar. 1995, p. 25-53.

SILVA, Marcelo Werner da. **A geografia e o estudo do passado: Conceitos, periodizações e articulações espaçotemporais**. Terra Brasilis (Nova Série) [Online], 1 | 2012.

TAVARES, Matheus Avelino; SILVA, Aldo Dantas da. Introdução ao pensamento de Milton Santos: reflexões sobre o “trabalho do geógrafo...”. **Geosp: espaço e tempo**, São Paulo, v. 30, n. 140, 2011, p.139-148.